

**João Vitor Fenerich Verani**

**A ATUALIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS CLÍNICO-INSTITUCIONAIS NO  
ENCONTRO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS: UMA  
VISÃO PSICANALÍTICA**

**Curso de Psicologia**

**Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**São Paulo**

**2010**

**João Vitor Fenerich Verani**

**A ATUALIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS CLÍNICO-INSTITUCIONAIS NO  
ENCONTRO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS: UMA  
VISÃO PSICANALÍTICA**

**Trabalho de conclusão de curso como  
exigência parcial para a graduação no  
curso de Psicologia, sob orientação da  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Paula Regina Peron**

**Curso de Psicologia**

**Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**São Paulo**

**2010**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Paula Regina Peron, pela fundamental participação na concretização deste trabalho...

Às crianças e aos adolescentes com os quais trabalhei, pelas intensas e sinceras trocas...

A Lola Cuperman, pela disponibilidade em compartilhar e enriquecer este trabalho...

A Antônio, Bel, Bruna, Deborah, Edu, Lurdinha, Mahyra, Mari, Mary Jane, Miriam, Nichan, Renata, Renee, Silvana e Téia, pelas singulares posturas inspiradoras...

Aos verdadeiros amigos, pela importância de tal fato...

A meu irmão e a meus queridos pais, por tudo, e mais um pouco.

Autor: João Vitor Fenerich Verani

Título: “A atualização de dispositivos clínico-institucionais no encontro com crianças e adolescentes abrigados: uma visão psicanalítica”

Ano: 2010

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Paula Regina Peron

## RESUMO

O objetivo deste trabalho consistiu em investigar a viabilidade da teoria psicanalítica no encontro com uma população específica: crianças e adolescentes em situação de abrigo por diversas circunstâncias em que seus pais ou responsáveis estão impossibilitados de cumprir a função de cuidado e proteção. Para tanto, como metodologia, utilizei bibliografia específica que versasse sobre as peculiaridades de tal população e a legislação atual de cuidado e proteção a crianças e adolescentes, além de bibliografia que destacasse alguns dispositivos contemporâneos de intervenção clínico-institucional de orientação psicanalítica no encontro com esta população. A fim de aproximar teoria e prática contemporâneas, analisei os programas de trabalho do Instituto Fazendo História através de uma busca no site da instituição e de material de divulgação do próprio Instituto. Em seguida, elaborei um roteiro de entrevista que abarcasse os assuntos estudados, norteador da entrevista realizada com uma das psicanalistas idealizadoras de projetos do Instituto, a qual discutiu a aproximação entre psicanálise e instituição, no caso em instituições de acolhida. A análise procurou articular a teoria estudada com a prática contemporânea, tanto através dos projetos de intervenção do Instituto, quanto através das reflexões da psicanalista entrevistada no que rege a aproximação entre psicanálise e instituições de acolhida. Diversos dispositivos psicanalíticos elencados na pesquisa teórica foram passíveis de interlocução com os projetos analisados e com a prática profissional da psicanalista entrevistada. Conclui-se que os dispositivos estudados concretizam-se de maneira específica na prática contemporânea analisada, legitimando a teoria psicanalítica para além do consultório tradicional.

**Palavras-chave:** psicanálise, criança, adolescente, abrigo, clínica, instituição

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>METODOLOGIA</b>	<b>5</b>
<b>1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E ESPECIFICIDADES</b>	<b>9</b>
<b>2. DISPOSITIVOS PSICANALÍTICOS FRENTE À DEMANDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS</b>	<b>19</b>
<b>PROJETOS DO INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA</b>	<b>36</b>
<b>ANÁLISE</b>	<b>45</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>56</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão visa aprofundar o tema do trabalho clínico-institucional de viés psicanalítico no encontro com crianças e adolescentes que, por motivos diversos, encontram-se em instituições de acolhida como meio alternativo de cuidado e proteção. Pretende-se, inicialmente, caracterizar tal população e, em seguida, investigar dispositivos psicanalíticos de intervenção que atualizam a prática clínica contemporânea. A população em questão é composta exclusivamente por crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir a função de cuidado e proteção. Tal investigação intenta relacionar alguns conceitos elaborados por pesquisadores psicanalistas contemporâneos na tentativa de ampliação do trabalho analítico.

Após revisão bibliográfica que englobe os temas explicitados acima, pretende-se analisar um modelo de trabalho com crianças e adolescentes que, a meu ver, dialoga com a teoria sobre a qual se debruçará. Tal modelo é idealizado pelo Instituto Fazendo História, e considero que uma análise das diretrizes teóricas que embasam os projetos da instituição em questão nos permite uma maior compreensão de tais conceitos, proporcionando uma importante imbricação entre teoria e prática.

Pretendo investigar a viabilidade do trabalho psicanalítico frente às demandas emergentes no encontro com crianças e adolescentes excluídos por tempo indefinido de suas famílias. Há, dentro deste campo, distintas posições com relação à viabilidade de um trabalho para além do consultório tradicional, e defendo a posição de que este é possível e fundamental.

Rosa (2002), em texto denominado “Uma escuta psicanalítica das vidas secas”, utiliza o conceito de *desamparo social* ao problematizar situações analíticas em que um descompasso social existente entre um analista e analisando leva o psicanalista a considerar inviável um trabalho clínico. O termo utilizado pela autora explicita as condições vividas por estas crianças e adolescentes.

No referido texto a autora destaca as dificuldades do analista que se depara com uma população em situação social oposta à sua. Afirma a necessidade de se explicitar as especificidades decorrentes de tal descompasso social para não confundirmos condições

sociais desfavoráveis com impossibilidade de escuta clínica transformadora (p.42). Pretendo, no primeiro capítulo deste trabalho, caracterizar crianças e adolescentes em condições de abrigo com a finalidade de explicitar as especificidades de tal população, justamente com o intuito de ultrapassar estas barreiras do descompasso social destacadas por Rosa, possibilitando assim a reflexão sobre uma intervenção efetiva.

Devemos considerar a condição social do sujeito que sofre de desamparo social resultante do que Pierre Bourdieu (apud Rosa, 2002) denomina de *violência simbólica*, termo que enfatiza a submissão do indivíduo excluído ao discurso social dominante. Tal situação pode ter como consequência um “efeito disruptivo na subjetividade”, impossibilitando a constituição do sujeito como algo além de uma peça necessária apenas para a manutenção de uma situação social para a qual não é capaz de atribuir sentido algum. (p.44)

Com relação a tal efeito disruptivo a autora afirma que:

Este jogo discursivo expõe o sujeito ao risco de confrontação com o traumático – aquilo que está fora de sentido. A exposição traumática é dupla: por um lado, sua ocorrência é facilitada; por outro lado, os recursos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos, promovendo efeitos de desobjetivação. É o caso, por exemplo, do que ocorre com os ‘meninos de rua’, assim chamados por não possuírem a proteção do discurso familiar. (p. 42)

As dificuldades derivadas do descompasso social existente entre sujeito e psicanalista podem levar a uma resistência deste em aceitar a complexidade da situação e a viabilidade da análise de um sujeito nestas condições. Tais resistências têm como efeito principal a incapacidade do analista de escuta do sujeito. Estas podem se concretizar de diferentes maneiras: preconceitos relativos à precariedade da situação social, cristalização em técnicas pré-estabelecidas ineficientes no caso, culpabilização do sujeito pela situação em que se encontra, vitimização do sujeito concebendo-o como incapaz de direcionar o rumo de sua vida. A autora enfatiza a necessidade de ultrapassar tais barreiras para que uma verdadeira escuta analítica se efetive.

Considero que a compreensão das dificuldades impostas à escuta clínica por tal descompasso social entre analista e sujeitos em situação de abrigo auxilie no

esclarecimento de métodos contemporâneos de trabalho, sobre os quais a bibliografia utilizada versará. Métodos que suponho atualizar a prática psicanalítica, o que atualmente vem sendo chamado de clínica ampliada.

Para tanto, utilizarei, além de bibliografia específica que abarque as questões problematizadas, o exemplo do Instituto Fazendo História. O Instituto “é uma organização não governamental fundada em março de 2005 por um grupo de psicólogas envolvidas com a causa das crianças e adolescentes que vivem em abrigos” e tem como “missão”: “Colaborar com a formação da identidade de crianças e adolescentes em situação de abrigo, atuando em sua rede social para melhorar sua qualidade de vida e incentivá-los a construir e transformar a própria história.” ([www.fazendohistoria.org.br](http://www.fazendohistoria.org.br))

Como objetivo central desta pesquisa pretende-se aprofundar estas reflexões no sentido de traçar pontos convergentes que auxiliem a construção de dispositivos interventivos psicanalíticos coerentes com as demandas emergentes. E acredito que o Instituto Fazendo História pode nos auxiliar na elucidação de práticas atuais passíveis de diálogo com a psicanálise. Tomei conhecimento do instituto através de um de seus projetos, o Projeto Fazendo Minha História, do qual participei como estagiário em um CRECA (Centro de Referência da Criança e do Adolescente).

Considero, assim, que um esclarecimento do referencial pontuado acima, juntamente com o exemplo do Instituto Fazendo História como uma organização atual que suponho legitimar tais reflexões, colabore de alguma forma para que outros dispositivos sejam criados, ampliando o campo de atuação da psicanálise e, com isso, o trabalho cotidiano de profissionais inseridos no contexto dos abrigos e CRECAs.

Uma das autoras que auxiliará na problematização teórica é Rosa (2002), que reflete sobre o papel transgressor da escuta psicanalítica em relação às estruturas sociais instituídas.

A autora em questão nos deixa perspectivas instigantes quando conclui que:

Mesmo nas situações mais adversas, é possível vislumbrar o efeito estruturante e organizador da escuta psicanalítica. Se o sujeito pode resistir, se ele encontra brechas na estrutura social para se manifestar, isso, entretanto, não basta. Para além da constatação dos efeitos subjetivos devastadores da exclusão está a ética e ética

implica promoção de modificações nas estruturas sociais e políticas que sustentam essa situação social. (p. 46)

O livro “A Casa da Árvore” (2008) é outro importante referencial que norteará este trabalho. Este material expõe um dispositivo de atenção à infância de base psicanalítica inspirado no modelo da Maison Verte, criado por Françoise Dolto, que vem sendo praticado em comunidades carentes do Rio de Janeiro. Há alguns conceitos-chaves que serviram de fundamento para que o dispositivo se concretizasse, os quais abarcam tanto conceitos da escola inglesa de psicanálise, mais especificamente Donald Winnicott, quanto da escola francesa, principalmente através de Françoise Dolto. Considero que uma análise de tal prática pode nos oferecer importantes elementos de reflexão, pois minha hipótese é de que este dispositivo atualiza de modo singular o trabalho com crianças e adolescentes.

## **METODOLOGIA**

Como a presente pesquisa insere-se no campo psicanalítico, considero pertinente elucidar as peculiaridades de se pesquisar através deste viés. Para tanto, utilizarei um texto de Renato Mezan, chamado “Que significa ‘pesquisa’ em psicanálise?”, em que o autor elabora uma importante discussão sobre os possíveis sentidos de uma pesquisa com este embasamento teórico.

Mezan (1993) explicita o que considera como características que aproximam a pesquisa psicanalítica de formulações científicas: “coesão interna, comunicabilidade, verificabilidade e cumulatividade”. (p.86). Porém, ressalta também o que considera específico e delicado no campo psicanalítico de pesquisa, apontando que os pesquisadores são psicanalistas que tentam, através das pesquisas às quais se dedicam, dar conta do que se passa consigo e nos encontros com seus pacientes. Com isso, pretende destacar a presença da dimensão do inconsciente até mesmo quando se faz pesquisa e nos alerta sobre a expressão de nosso próprio narcisismo nas possíveis certezas sobre hipóteses não comprovadas. (p.86)

Feita esta ressalva, Mezan (1993) oferece alguns passos metodológicos que considero fundamentais no decorrer desta pesquisa, pois auxiliam justamente na coesão interna desta. Ao discorrer sobre a relação entre o psicanalista pesquisador e o problema que o estimulou, o autor destaca alguns pontos: traçar panorama sobre possíveis soluções a fim de refinar o questionamento e buscar progredir antes de fechar o problema, elaborar hipóteses pré-teóricas, efetuar o que Kohut (apud Mezan, 1993) denomina “experimentação pelo pensamento” (impasses e perplexidades que levam a um esclarecimento do problema), e finalmente o que Laplanche (apud Mezan, 1993) denomina de contribuição, ou seja, “...algo que esclarece, ainda que em medida modesta, uma região do campo psicanalítico, e ao mesmo tempo se articula de maneira a ser aproveitável por outros.” (p.88)

O presente trabalho pretende abarcar tais pontos e considero que, com relação ao campo psicanalítico em que ele insere-se, o artigo “A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica”, de Rosa (2004), é bastante elucidativo.

A autora procura no artigo em questão destacar um tipo de pesquisa, a Psicanálise extramuros ou em extensão, a qual:

...diz respeito a uma abordagem – por via da ética e das concepções da psicanálise – de problemáticas que envolvem uma prática psicanalítica que aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, e não estritamente ligado à situação do tratamento psicanalítico. (p.331)

Considero que este campo de pesquisa, iniciado por Freud e por ele denominado de psicanálise aplicada, é onde esta pesquisa insere-se, e a autora procura no artigo em questão debater duas dificuldades quando se pesquisa neste campo.

A primeira refere-se à prática da aplicação de concepções teóricas e metodológicas a objetos externos ao campo em que foram criados: o campo das descobertas freudianas. A segunda dificuldade é levantada pelo próprio método, uma vez que a psicanálise freudiana não propõe um método a que todos os casos poderiam ser submetidos. (p.331)

Com relação à primeira dificuldade, a autora aponta, como possível conseqüência desastrosa, generalizações indevidas que poderiam conduzir a psicologizações de fenômenos, demonstrando fragilidade epistemológica. Em relação à segunda, que diz respeito ao método, um problema que se coloca pelos críticos de tal prática deriva do fato de que o material de pesquisa, o qual será interpretado, não provém do inconsciente, supondo-se assim o comprometimento da interpretação. (p.331)

A autora busca, no decorrer do artigo, refinar conceitos psicanalíticos a fim de solucionar os problemas levantados acima. Com relação à primeira dificuldade Rosa revela que há carência de fundamentos, pois desde Freud há um atravessamento da Psicanálise por diversos campos do saber, o que demonstra que desde os primórdios a psicanálise debruçou-se sobre questões inerentes à cultura e à articulação desta com sua visão de homem, não se restringindo a um único campo de trabalho. Diz ela:

Apesar da ênfase dada à Psicanálise como teoria e técnica de tratamento, Freud faz uso corrente da análise de fenômenos coletivos para compreender processos individuais, além de afirmar textualmente que a psicologia individual é, ao mesmo tempo, social. (p.333)

Com isso legitima o campo de pesquisa deste trabalho, sustentando epistemologicamente a posição de que uma descrição analítica de crianças e

adolescentes em condições sociais específicas contribui na compreensão de processos individuais e na criação de dispositivos interventivos eficazes.

Afirma ainda que o tratamento psicanalítico é, como já pensava Freud, apenas um dos aspectos da Psicanálise. A autora considera três aspectos fundamentais na caracterização de Psicanálise:

...um método de investigação do inconsciente, uma teoria e técnica de tratamento, mas também um corpo teórico que sistematiza os modos de funcionamento humano, tanto normal como patológico. (p.335)

Finalmente, com relação às dificuldades metodológicas apontadas, derivadas da impertinência da interpretação fora do tratamento psicanalítico e distante do inconsciente, Rosa define rigorosamente o método psicanalítico, enfatizando a indissociabilidade entre teoria, prática e pesquisa.

O método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito, e constrói uma metapsicologia não isolada mas fruto da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a interpretação, a teoria por si só, mas integra teoria, prática e pesquisa. (p.341)

A autora ainda aponta que a dimensão inconsciente não se restringe ao *setting*, mas está presente em todas as manifestações humanas da vida cotidiana. E constata, embasada na argumentação de Laplanche e Pontalis (apud Rosa, 2004), que é legítima a interpretação para além das associações livres. Com isso, legitima metodologicamente este trabalho, ao afirmar que:

Isto significa que se pode trabalhar a partir da escuta psicanalítica de depoimentos e entrevistas, colhidos em função do tema do pesquisador que, por sua vez, reconstrói sua questão nesta relação (p.342)

Procurarei contextualizar, com base na teoria psicanalítica, crianças e adolescentes em situação de desamparo social e discursivo, mais especificamente através do recorte da situação de abrigo, e a partir desta delimitação, iniciar uma explicitação conceitual psicanalítica que vem atualmente desenvolvendo dispositivos que auxiliem um trabalho clínico no encontro com esta população.

Como primeiro passo, utilizarei textos do campo psicanalítico, os quais pretendem problematizar a população atendida e os dispositivos clínico-institucionais

que vem sendo pensados atualmente. Alguns destes trabalhos estão sinteticamente citados na introdução e considero que podem render frutos importantes no decorrer da pesquisa.

Num segundo passo pretendo analisar o material produzido pelo Instituto Fazendo História, através de uma busca pela internet no site da instituição e do material de divulgação do próprio Instituto.

Finalmente, como terceiro passo, pretendo entrevistar uma das psicanalistas fundadoras da instituição com o intuito de ampliar os sentidos relativos ao seu trabalho, o que creio poder enriquecer a análise final. Nesta entrevista pretendo abordar o trabalho psicanalítico nas instituições, considerando-se as características da população atendida. Tanto o roteiro de entrevista quanto a entrevista transcrita estarão anexadas no fim do trabalho.

A análise da entrevista será norteada a partir das conceituações teóricas explicitadas tanto no primeiro capítulo, o qual versará sobre “Crianças e adolescentes abrigados”, quanto no segundo, que pretende discutir “Os dispositivos psicanalíticos frente a essa demanda”.

A entrevista abarcará, portanto, os seguintes tópicos: histórico de trabalho da entrevistada, no que rege ao tema da psicanálise e das instituições, caracterização da população atendida, influências da psicanálise na criação de projetos de intervenção em abrigos, contribuições do trabalho institucional para a psicanálise.

O trabalho do Instituto Fazendo História dissemina-se nos abrigos e CRECAs, abarcando instituições com ampla diversidade tanto com relação às crianças e adolescentes quanto com relação ao trabalho das equipes técnicas, e considero que tal entrevista tem importância fundamental na fidedignidade desta pesquisa que busca aproximar teoria e prática contemporâneas.

A análise pretende possibilitar o diálogo entre os sentidos do trabalho concretizado pelo Instituto e os conceitos discutidos no decorrer da elaboração teórica. A premissa é que o Instituto consegue ultrapassar os impasses apontados e é isto que se verificará.

## **1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E ESPECIFICIDADES**

Subdividirei este capítulo em dois itens: o primeiro explicitará as diretrizes do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) com relação aos abrigos e a caracterização legal destes. Já o segundo, procurará contextualizar crianças e adolescentes em situação de abrigo, destacando as peculiaridades de tal população e como a legislação é implementada na realidade das instituições de acolhimento de São Paulo.

Em ambos os itens a dissertação de mestrado de Renata Marmelsztejn (2006), intitulada “Psicoterapia para crianças e adolescentes abrigados: construindo uma forma de atuação”, pontua de forma clara as condições psicossociais de tal população e como estas condições são abarcadas nas instituições de acolhimento da cidade de São Paulo. Tal dissertação será utilizada para o esclarecimento das questões sobre as quais me debruçarei posteriormente.

### *1.1) Diretrizes do ECA e caracterização legal das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes*

A autora aponta as características gerais de funcionamento dos abrigos:

O abrigo funciona como uma moradia coletiva, em tempo integral, e acolhe crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses. Deve-se procurar manter os irmãos abrigados na mesma unidade. (p.67)

Os principais artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente relativos ao contexto em que se insere o dispositivo institucional dos abrigos foram promulgados em 13 de julho de 1990, e definem as medidas de proteção às quais as crianças e adolescentes tem direito. Considero pertinente para esclarecimento de tais direitos citar na íntegra os principais artigos relativos ao tema aqui em estudo. São eles os artigos 92, 98, 99, 100 e 101, que constam no Estatuto (ECA, 1990, p. 68,71,72):

“Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I. preservação dos vínculos familiares;

- II.* integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III.* atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV.* desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V.* não desmembramento do grupo de irmãos;
- VI.* evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII.* participação na vida da comunidade local;
- VIII.* preparação gradativa para o desligamento;
- IX.* participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo Único: O dirigente da entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

*Art. 98.* As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I.* por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II.* por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III.* em razão de sua conduta.

*Art. 99.* As medidas previstas nesse capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

*Art. 100.* Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

*Art. 101.* Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I. encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II. orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III. matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV. inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V. requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI. inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII. abrigo em entidade;
- VIII. colocação em família substituta.

Parágrafo único: O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.”

O abrigo é, portanto, um dispositivo de caráter provisório, porém, como aponta Marmelsztejn (2006), deve-se considerar a história singular de cada criança, o que pode condicionar o desabrigo a soluções simples ou complexas, conduzindo a tempos variáveis de permanência nas instituições, de meses a anos.

Outro ponto que merece destaque é o de que o abrigo é um dos dispositivos das políticas públicas de apoio à infância, e deve estar interligado com outros serviços da rede de atendimento, tais como:

Conselhos Tutelares, Justiça da Infância e Juventude e programas das diversas secretarias das políticas públicas do município-, com a qual deve se articular a fim de oferecer proteção integral à criança e ao adolescente. (p.70)

Além dos dispositivos da rede pública o ECA também prevê condições para que entidades não-governamentais possam atuar nos abrigos, e estes programas devem se inscrever no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), encarregado de comunicar o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária de sua localidade, sem o que estas entidades não podem funcionar. (p.70)

Com o intuito de legitimar os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente relativos às condições de abrigamento, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social e com o Departamento de Proteção Social Especial, elaboraram um documento norteador dos serviços de acolhimento das crianças e adolescentes. O documento, criado em 2008, contém os princípios, as orientações metodológicas e os parâmetros de funcionamento para as diversas modalidades de acolhimento.

Além da ênfase nos princípios do ECA, há a orientação metodológica para um adequado projeto político-pedagógico, o qual todas as instituições de acolhida deveriam considerar, perpassando os seguintes pontos fundamentais: infra-estrutura física que garanta espaços privados e adequados ao desenvolvimento da criança e do adolescente, ambiente e cuidado facilitadores de desenvolvimento, atitude receptiva e acolhedora no momento de chegada da criança/adolescente durante o processo de adaptação e permanência, não-desmembramento de grupos de crianças/adolescentes com vínculos de parentesco, relação afetiva e individualizada com cuidadores, definição do papel e valorização dos cuidadores/educadores, organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança/adolescente, preservação e fortalecimento da convivência comunitária, desligamento gradativo. (p. 6-14).

## 1.2) *Crianças e adolescentes abrigados*

Marmelsztejn (2006) ressalta as dificuldades econômicas das famílias que vêm nos abrigos a única saída para seus filhos:

É importante ressaltar que o abrigamento estabelece uma situação na qual a criança sai de um contexto de negligência para entrar em outro que também pode ser qualificado como fruto da negligência, no caso, social. Esses jovens e suas famílias, em geral, estão submetidos a condições de total miséria e exclusão social. (p.15)

Afirma o caráter provisório do abrigo, o qual é instituído pelo ECA, e discute as diversas possibilidades do desabrigo, dentre as quais é possível destacar o retorno à família de origem e a guarda (colocação em família substituta) ou adoção (no caso de crianças em abandono ou quando as famílias foram destituídas judicialmente da guarda dos filhos). Importante ressaltar que a prioridade já explicitada acima nos artigos do ECA é de reinserção na família de origem, a qual demanda atenção e cuidado concomitante ao período de abrigo da criança, a fim de que se reorganize para que a reinserção tenha sucesso.

Entretanto, a autora aponta a precariedade do cuidado às famílias para que se reorganizem, o que restringe as possibilidades de desabrigo:

Poucas estratégias de reorganização das famílias são realizadas. Espera-se assim uma reintegração quase que “mágica”, como se os problemas existentes pudessem ser resolvidos apenas pela ação do tempo. (p.17)

Com relação à adoção, quando as possibilidades de reinserção nas famílias de origem não são mais viáveis, há um impasse derivado da viabilidade legal e, mesmo quando legalmente permitidas (apenas 11%), Marmelsztejn (2006) aponta que 84% desta população está na faixa de 8 a 19 anos, faixa em que as chances da adoção são muito baixas. As porcentagens utilizadas pela autora baseiam-se no documento elaborado pela Secretaria Municipal da Assistência Social, de agosto de 2004, na cidade de São Paulo (SAS, 2004).

Assim, o que realmente acontece é que o caráter de provisoriedade proposto pelo ECA não se concretiza, sendo que a maioria das crianças e adolescentes de São Paulo nessas condições crescem nas instituições. A autora cita novamente o documento da Secretaria Municipal da Assistência Social, que constata tal fato:

O princípio de provisoriedade da medida ‘abrigo’ proposto pelo ECA, ainda é irrealizável no quadro de pobreza e da insuficiência de programas sociais que atendam as necessidades básicas de famílias e crianças. (p.17)

É este o paradoxo que permeia as condições das crianças e adolescentes em situação de abrigo na cidade de São Paulo: o caráter provisório previsto por lei, conjugado com condições estruturais que impedem tal fato. O abrigo, por caracterizar-se como uma instituição que deve atender às necessidades desta população, é levado a

acolhê-las pelo tempo necessário, até que condições mínimas de cuidado e proteção fora da instituição se concretizem. Com isso, a autora aponta as condições necessárias que devem condizer com o panorama apresentado:

E dar conta dessas necessidades vai muito além de cuidados básicos com alimentação, higiene, educação e saúde. Essas crianças têm as mesmas necessidades que quaisquer outras crianças, provenientes dos mais variados meios socioculturais. Precisam se desenvolver como seres humanos, seres de direito, com seus sonhos, sua individualidade, sua subjetividade, necessitam ter vínculos afetivos importantes, poder contar com uma inserção social no futuro. (p.18)

Constata-se que a população abrigada frequentemente passou por situações de abandono e violência, além de ser considerada, após a institucionalização, como vítima das estruturas familiares e sociais que resultaram em suas condições presentes. A idéia de que seu passado é amplamente sofrido e deve ser esquecido é disseminada também no contexto institucional. Além disso, os cuidados oferecidos pelas instituições muitas vezes desconsideram as particularidades de cada criança, oferecendo um tratamento massificado, no qual se inviabiliza o acolhimento do que é mais singular em cada criança.

A autora revela perspectivas importantes no modo como um trabalho que respeite cada criança deve ser realizado:

É importante construir um sentido para o vivido, pois só assim é possível acreditar na construção de um futuro. Elaborar o passado é uma das maneiras de livrar-se da mera repetição. (p.19)

Discorre também sobre os múltiplos sentidos derivados do que é considerado um ato de violência e maus-tratos contra crianças e adolescentes, apontando a relativização do conceito, dependente da cultura em que se insere. Adota, então, a definição de maus-tratos de crianças e adolescentes apresentada pela Organização Mundial de Saúde, um relatório mundial que engloba uma análise elaborada por 58 países, a qual define critérios comuns e cria uma infra-estrutura avaliativa de trabalhos sobre violência a nível mundial. (p.54)

A definição utilizada em sua pesquisa, e da qual compartilho neste trabalho, apresentada em 1999 na Reunião de Consulta da Organização Mundial de Saúde (apud Marmelsztejn, 2006) é a seguinte:

“Os maus-tratos ou a humilhação de menores abarcam todas as formas de maus-tratos físicos e emocionais, abuso sexual, descuido ou negligência ou exploração comercial ou de outro tipo, que originem um dano real ou potencial para a saúde da criança, sua sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder” (p.54)

Com relação à população abrigada, a autora aponta que é possível destacar, dentre estas diversas modalidades descritas pela definição de maus-tratos da O.M.S., quatro tipos sofridos por tal população em larga escala: maus-tratos físicos, abuso sexual, maus-tratos emocionais e negligência. (p.55)

Por maus-tratos físicos entende-se um dano físico real ou potencial infringido por um cuidador. O abuso sexual define-se pela utilização de uma criança ou adolescente para gratificação sexual de um adulto. Os maus-tratos emocionais englobam atitudes inadequadas para um bom desenvolvimento afetivo e emocional da criança. Pode-se exemplificar tal tipo de mau-trato por atos de restrição de movimentos da criança, ridicularização, ameaças, intimidações, discriminações, rejeições e qualquer outra forma de tratamento hostil. Finalmente, atos de negligência relacionam-se a pais que, mesmo tendo condições de tomar medidas que promovam o desenvolvimento de seus filhos, não o fazem. Tais medidas englobam as áreas de educação, saúde, desenvolvimento emocional, nutrição, amparo e condições de segurança. (p.56-57-58)

A autora aponta, baseada em pesquisas e programas de atendimento a crianças e adolescentes, que na maioria dos casos de violência contra crianças e adolescentes o agressor é a mãe ou o pai. Com relação à negligência, constata a dificuldade de se diferenciar tais atos de condições extremas de pobreza em que estes pais realmente estão incapacitados de promover atitudes adequadas de cuidado e proteção a seus filhos. E esta situação de pobreza é predominante com relação às crianças e adolescentes em situação de abrigamento na cidade de São Paulo.

As conseqüências dos maus-tratos no desenvolvimento da criança e do adolescente são muitas, e a autora destaca algumas que considera fundamentais. São elas:

Baixa auto-estima, dificuldade em estabelecer vínculos afetivos, isolamento, agressividade, falta de confiança e segurança, dor

emocional e ressentimento contra a vida, alterações de sono e apetite, dificuldades de aprendizagem. (p.63)

Este difícil quadro da realidade brasileira, neste caso especificamente estudado na cidade de São Paulo, resulta em estratégias de enfrentamento dos maus-tratos, e o abrigo é uma destas estratégias, amplamente difundida. Porém, são apontados em tal dissertação alguns prejuízos para as crianças e adolescentes nesta situação. Mesmo sendo o abrigo uma estratégia necessária em muitos casos de maus-tratos, não se pode ignorar a violência emocional sofrida por uma criança ou adolescente que é obrigada a separar-se da família. E isto resulta em condições extremas de angústia perante esta separação traumática.

Esses jovens costumam ser submetidos a experiências de abandono parcial e total, primeiramente por terem vivido em contextos de violência, onde suas necessidades básicas foram negligenciadas e, posteriormente, por terem sido afastados da família e colocados na instituição, sentindo como incertos o retorno e o futuro. A história das crianças e dos adolescentes abrigados carrega a marca de um sistema de cuidados ineficiente, dificultando a construção de uma personalidade saudável, com recursos necessários para lidar com situações de crise. (p.84)

Soma-se a esta perda traumática de todos os referenciais obtidos até então pela criança ou pelo adolescente a alta rotatividade dos cuidadores dos abrigos, o que dificulta ainda mais o processo de formação de um vínculo afetivo entre quem cuida e quem é cuidado.

Marmelsztejn (2006) aponta ainda a dificuldade de elaboração do luto simbólico nestes casos, por se tratar de um luto não reconhecido socialmente, invalidando a perda simbólica e impossibilitando a manifestação deste luto. Há instituições onde a busca pelo sentido da brusca separação da família não é legitimada pelos educadores, que desconsideram a singularidade de cada criança e importância de seus vínculos familiares.

Esta é outra condição problemática de algumas instituições de abrigo apontada na tese, que merece destaque. E diz respeito a uma postura preconceituosa destas instituições com relação à família das crianças e adolescentes abrigados. Postura essa que ignora a importância dos vínculos parentais construídos até então entre as

crianças e seus cuidadores e desqualifica-os, desrespeitando este momento de luto em que estes vínculos foram rompidos por algum motivo:

E mais do que isso, ao se desqualificar a família da criança, independentemente de quais tenham sido as ações por elas praticadas, atingem diretamente a origem da criança, anulando seus genitores que são parte intrínseca de sua história. (p. 96)

Marmelsztejn (2006) faz ainda considerações importantes afirmando a heterogeneidade das condições de abrigamento, sendo que alguns efetivamente funcionam como um espaço de proteção consonantes com os artigos do ECA, entretanto, outros configuram-se como mais um momento de violência e desamparo sofrido pela criança. Aponta, porém, que independente das condições de abrigamento, é importante não ignorarmos o seguinte fato: “É um momento de cisão entre um passado vivido, geralmente doloroso, porém conhecido, e um futuro incerto, marcado pela insegurança.” (p.92)

As condições vividas por estas crianças e adolescentes variam de acordo com a demanda, porém na maioria das vezes a perspectiva de desabrigamento é incerta, ora derivando da inexistência da família, no caso dos chamados meninos de rua, ora da impossibilidade da família de assumi-los, decorrente de fatores problemáticos diversos. A dificuldade em se encontrar uma família substituta é outra condição que permeia tal realidade.

Marmelsztejn (2006) destaca, baseada em algumas referências de pesquisadores da área, a necessidade de uma implicação eficiente das instituições de abrigamento, devido ao fato de estas serem as alternativas concretas da realidade de tais jovens. Tais instituições devem oferecer à população atendida um lugar de apoio e substituição à violência anterior pela qual passaram. A autora cita um estudo que aponta não só a importância dos vínculos com educadores, mas também com as outras crianças em situação semelhante:

Outra pesquisa, realizada em Santa Catarina (ALEXANDRE E VIEIRA, 2004), destaca a importância da rede de apoio social encontrada no abrigo, formada não apenas pelos educadores, mas também pelas outras crianças abrigadas, fato que contribui para o fortalecimento desses jovens. (p. 93)

É neste complexo contexto que se insere esta pesquisa, em que procurarei, no capítulo que se segue, destacar alguns dispositivos de atuação de orientação psicanalítica que vem sendo pensados para a efetivação de um trabalho clínico-institucional no encontro com crianças e adolescente na situação exposta acima. Trabalho que engloba não só o contato com as crianças, mas com todos os agentes relacionados nesta rede, ou seja, a família, os profissionais das instituições, e também profissionais de fora das instituições com um olhar diferenciado na busca pelo atendimento competente das demandas emergentes.

Considerando que na maioria das situações de abrigo há uma separação traumática e dolorosa, com rompimento de vínculos importantes e necessidade de se elaborar de alguma forma esta espécie de luto muitas vezes não reconhecido, as reflexões de Rosa (2008), em prefácio do livro intitulado “A Casa da Árvore: uma experiência inovadora de atenção à infância”, auxiliam em um possível direcionamento clínico:

Uma clínica que leve em consideração os acontecimentos traumáticos lança desafios e exige intervenções que caracterizamos como prática psicanalítica clínico-política para abordar a questão da angústia e do luto em sua face política, ou seja, a produção sócio-política da angústia e do impedimento dos processos subjetivos do luto. (...) Aponta também o efeito disruptivo ao sujeito e impeditivo da construção de sua demanda, quando decorrente diretamente da manifestação violenta da face obscena do Outro. (p.12)

Pretendo, no segundo capítulo, aprofundar estes e outros aspectos da clínica psicanalítica que vão ao encontro da demanda das crianças e adolescentes nas situações apontadas. A exposição do primeiro capítulo procurou contextualizar a legislação brasileira voltada à infância, assim como as especificidades destas crianças e adolescentes institucionalizados, visando com isso auxiliar no direcionamento da construção de dispositivos coerentes com as especificidades explicitadas.

## **2. OS DISPOSITIVOS PSICANALÍTICOS FRENTE À DEMANDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS**

O capítulo que se segue procurará elencar alguns dispositivos psicanalíticos de intervenção, pautados em diversos autores que refletem sobre a atuação clínica em instituições de atendimento a crianças e adolescentes em condições psicossociais específicas. Muitos deles não necessariamente abordam a especificidade do abrigo, mas suas reflexões proporcionam ressonâncias que convergem com o contexto aqui estudado.

Um dos textos norteadores desta reflexão a respeito de como abarcar as especificidades de crianças e adolescentes em condições muitas vezes traumáticas de abrigo chama-se “A elaboração coletiva do trauma”, escrito em conjunto pelas psicanalistas Alencar, Berta, Carignato e Rosa (2009).

O texto destaca um tipo específico de clínica, denominado pelas autoras de intervenção clínico-política, derivada da clínica do traumático, que coloca novos desafios sobre como atuar frente a sujeitos impossibilitados de construir uma demanda própria.

Enfatiza-se que a clínica do traumático não é específica das intervenções clínico-políticas trabalhadas ao longo do texto. As autoras consideram o trauma como:

(...) - aquilo que está fora de sentido – quando a dimensão do perdido e a dificuldade de se localizar no mundo tomam um lugar primordial e podem promover efeitos de certo descompasso no laço social. (...) esse instante perpétuo, toma conta de qualquer possibilidade de formular uma questão subjetiva, encontrando como resposta a repetição do silêncio, a perpetuação da angústia ou a suspensão de processos subjetivos do luto. (p.2)

As instituições de abrigo têm como peculiaridade o contato com condições de violência sofridas pela população, a qual experienciou situações de trauma e luto provocadas por situações sócio-políticas ou econômicas insustentáveis. Abarcam contextos de violência e exclusão característicos da população aqui em estudo, crianças e adolescentes impossibilitados do convívio familiar derivados de inúmeros fatores explicitados no capítulo anterior.

O contexto em que o abrigo se faz necessário muitas vezes implica uma posição dos abrigos em que as condições singulares do sujeito em questão são ignoradas, ou seja, a indiferença frente aos motivos peculiares de cada caso impede a explicitação de uma demanda do sujeito. Entende-se por demanda a possibilidade do sujeito expressar de alguma forma suas angústias, insatisfações, conflitos, dúvidas, medos. Esta indiferença é denominada pelas autoras de luto impedido ou negado, por não ser legitimado socialmente (no caso, pela instituição), e que constitui uma forma sutil de violência.

Tal violência, muitas vezes derivada de condições precárias da instituição, tem como consequência o que as autoras denominam de desamparo discursivo, ou seja, a impossibilidade de propiciar um espaço em que o conflito se expresse. É neste sentido que as autoras diferenciam a clínica psicanalítica tradicional, que trabalha a partir do sintoma, da clínica do traumático, considerada como anterior ao aparecimento sintomático, ou seja, a demanda conflitiva típica do sintoma não aparece, derivando em uma angústia silenciosa, um vazio de palavra que necessita de novos dispositivos de atuação para que não haja a estagnação neste ponto crítico.

As autoras partem do pressuposto de que um luto não se faz apenas singularmente, mas que necessita de um reconhecimento público que o legitime. Neste sentido, apontam a função do semelhante, a qual pela identificação com a dor do outro possibilita o processamento da própria dor. Sem a função do semelhante não há condições de se estabelecer um novo campo simbólico, ou seja, de dar sentido para as histórias vividas. Assume-se assim a posição de que o processo coletivo é pré-condição para a elaboração do luto singular.

Surge assim um possível direcionamento no trabalho com crianças e adolescentes abrigados: a necessidade de se criar um espaço em que se sintam seguros para compartilharem experiências de vida. Coloca-se agora a questão de como propiciar tal espaço em que novos sentidos e perspectivas de futuro circulem através dos discursos.

Para recompor um lugar discursivo, para que se faça laço social, é preciso re-construir a história perdida na memória, re-construção que já implica uma deformação, permitindo o luto e uma resposta à ficção, uma reinterpretação do passado. (p.6)

O direcionamento traçado vai ao encontro do que as autoras (2009) denominam de “elaboração coletiva do trauma”, a possibilidade da construção da posição de testemunha, transmissor da cultura, permitindo assim a transformação do trauma em experiência compartilhada.

Restituir um campo mínimo de significantes que possam circular, referidos ao campo do Outro, permite ao sujeito localizar-se e poder dar valor e sentido à sua experiência de dor, articulando um apelo que o retire do silenciamento. (p.9)

Lança-se assim o desafio de como construir estratégias efetivas que permitam a passagem do trauma à condição de sujeito passador de sua história. Enfatiza-se a importância fundamental em retomar e compartilhar a história de cada sujeito, processo que inaugura a possibilidade de ser novo, e não mera repetição de um luto não elaborado. As autoras deixam perspectivas interessantes da efetividade de tal prática clínica.

É nessa dimensão que a escuta psicanalítica pode contribuir para a emergência de um sujeito que se separa dessa ordenação, para comparecer como quem questiona essa ordem e se movimenta criando ações de transformação; nessa dimensão, é reconhecendo-se como falta-a-ser que a alteridade, a diferença, não é significada como ameaça mas como encontro, com o qual se faz o novo. (p.9)

Caminhando ao encontro da construção de estratégias efetivas de trabalho que possibilitem a passagem do trauma à condição de sujeito desejante, o artigo denominado “‘Tá imbaçado’: uma demanda de reconhecimento e pela violência de crianças e adolescentes em situação de rua”, a psicanalista Barros (2008) faz uma cuidadosa análise das condições de violência e vulnerabilidade vividas pelos chamados “meninos de rua”. Condições estas que escancaram problemas fundamentais da sociedade e retratam a realidade de muitas das crianças e adolescentes em situação de abrigo, aqui estudada.

A autora afirma, convergindo com as reflexões acima explicitadas, algumas estratégias que tendem a viabilizar um trabalho analítico no encontro com estas situações de violência e desamparo extremos:

Reafirmamos a posição de oferecer um olhar que barre essa circularidade em que a violência se apresenta tão soberana, nomeando-a e significando-a, o que permite ao sujeito,

acreditamos, em percebendo que um olhar lhe é endereçado de um outro lugar que não o de estarecimento frente à violência que provoca, situar-se, igualmente, numa outra posição. Um olhar que permite ao sujeito, num processo muito gradativo de idas e vindas, é verdade, falar sobre, implicar-se e criar sentido para o que vive. (p.17)

Emerge assim um dispositivo psicanalítico adequado às exigências sociais em estudo: a necessidade de criação de um espaço em que o compartilhar histórias de vida se viabilize, considerando que é a partir da construção deste espaço que a possibilidade criativa de elaboração simbólica supera a repetição traumática de luto não elaborado. Espaço este em que é fundamental o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos, convocando-os a outra posição, não mais a da violência. Com isso, legitima-se a possibilidade de sujeitos ativos em sua construção subjetiva singular.

Considero pertinente, tendo em vista a relevância do papel do trauma na elaboração deste trabalho, explicitar as condições que fundamentam este conceito, presente desde o início da obra freudiana. Tal relevância se dá, principalmente, ao considerarmos as condições traumáticas sofridas pela grande maioria dos casos em que o abrigo se faz necessário. Para tanto, Fuks (2000), em trabalho intitulado “A insistência do traumático”, auxilia no esclarecimento do conceito através da retomada epistemológica do traumático desde Freud.

A autora aponta a presença crescente do conceito de trauma psíquico na reflexão de psicanalistas pós-freudianos, o que vem ampliando e esclarecendo o trabalho clínico. Para tanto retoma as teorizações iniciais de Freud, enfatizando sua relevância frente às teorizações contemporâneas sobre o traumático. Resgata o termo freudiano *Nachträglich*, também denominado *après coup*, um dos componentes fundamentais da elaboração teórica sobre o trauma psíquico em dois tempos, no início da teorização psicanalítica. Tal termo é traduzido por *a posteriori*, *retroatividade* ou *re-significação retroativa*.

Nas teorizações do início da psicanálise, o papel do traumático na causação das neuroses, centrada no conceito de traumatismo sexual precoce, implica um encadeamento temporal de fatos psíquicos, subdivididos em dois tempos. Há num primeiro momento a concepção de que o impacto que produz o trauma vem de fora, sem sentido para a criança, a qual ocupa uma posição passiva. Num segundo momento, em

que o conceito de *a posteriori* aparece, há a possibilidade de ocorrer na puberdade alguma cena que remeta ao trauma infantil e, conseqüentemente, uma reorganização e internalização do cenário em função de sua própria evolução intelectual e afetiva torna-se viável, concebendo o sentido sexual daquela cena. (p.122)

A reativação desta lembrança promove um fluxo de excitação que ultrapassa as defesas do ego, ocasionando a invasão de um afeto mais intenso do que o aparelho psíquico pode suportar, um silenciamento incapaz de atualização do trauma:

Atualizar o trauma, fazê-lo vigente (atual) é o que permite, finalmente, superá-lo e mudar a história, tanto num processo espontâneo como no tratamento, no qual a repetição transferencial tem um papel importante. (p.122)

Esta possibilidade de historicização viabiliza a transformação do sentido e da intensidade do traumático, permitindo a relativização deste e conseqüente modificação da própria história. Fuks (2000) enfatiza a importância do mecanismo da retroatividade na construção traumática, sem a qual tal modificação não se viabilizaria. Ressalta, assim, que o conceito freudiano de *Nachträglich* abandona uma relação mecânica e causal, de temporalidade linear, inaugurando uma nova relação temporal “(...) em que o futuro e o presente condicionam-se e significam-se, reciprocamente, na estruturação do passado.” (p.122)

A autora destaca também o papel fundamental da fantasia na obra freudiana, em relação com o complexo de Édipo. Aponta sua relação com o traumático, apoiada nas reflexões do psicanalista francês Guy Briole (apud Fuks, 2000):

(...) Freud não opõe o trauma ao fantasma, mas indica que o trauma deve ser situado no mesmo plano que o fantasma. Substituindo o real traumático com a ficção do fantasma, “a cura se desloca da rememoração do acontecimento traumático ao tema do desejo do sujeito, que dialetiza na cura” (p.27). No entanto, manterá sempre como exigência achar a cena traumática, ainda que, às vezes, sua lembrança seja mascarada. (p.122)

Chegamos assim à relação fundamental entre o perigo interno (derivado dos movimentos pulsionais) e o perigo externo, elaborada por Freud em “Além do princípio do prazer” e retomada por Fuks (2000):

O perigo interno pulsional provém do fato de que a satisfação da pulsão representa um perigo externo, o qual tinha levado Freud a dizer que o sujeito situa a ameaça interna, por projeção, no exterior. (...) O perigo externo somente é um perigo quando contém para o ego a lembrança da primeira ameaça: a da depressão posterior à separação do objeto primordial. Freud associa essa depressão ao que originariamente é traumático. (p.123)

Considero que tais reflexões sobre o traumático auxiliam no norte da caracterização de dispositivos clínicos efetivos no encontro com a referida população, por fundamentar a partir da teoria do trauma uma elaboração possível que legitima o que aqui está sendo pensado, ou seja, tais reflexões não cristalizam o sujeito em um passado impossível de ser superado, potencializando-os como transformadores e criadores da realidade em que se encontram.

Porém, é possível questionar se a ausência de família é necessariamente traumática, no sentido das situações psíquicas descritas acima. Para tanto, as reflexões de Françoise Dolto (1981), em prefácio dedicado ao livro de Maud Mannoni denominado “A primeira entrevista em psicanálise”, assumem coerência fundamental com este trabalho, principalmente no que rege a legitimação da psicanálise em situações sociais e familiares peculiares.

A autora afirma que a possível ausência dos pais não é necessariamente um fator patogênico desestruturante, inibidor do desenvolvimento. Com isso, legitima um trabalho com essas crianças que possibilite um desenvolvimento sadio.

Entre os exemplos dados por Maud Mannoni e entre muitos outros em que penso, o papel desestruturante ou inibidor de desenvolvimento não se prende à ausência dos pais (essa ausência é sempre dolorosa – mas a sua presença também o pode ser – em todo o caso toda dor pode ser sadia quando, sabendo-a reconhecida, a criança pode estruturar as suas defesas compensadoras). Todas as palavras neurotizantes vêm das mentiras que impedem os fatos reais de conter os frutos da aceitação, a partir da situação real. (p.22)

Aponta as conseqüências patológicas de algumas situações do cotidiano violento contemporâneo, plausível com o contexto aqui estudado, de crianças e adolescentes abrigados, enfatizando que tais conseqüências podem ser evitadas. Dolto (1981) afirma o saber inconsciente da criança ao estar envolvida em situações traumáticas indevidamente camufladas:

(...) a experiência psicanalítica mostra-nos que a criança está totalmente informada disso de maneira inconsciente e é induzida a assumir o papel dinâmico complementar regulador como por uma espécie de homeostase da dinâmica triangular pai-mãe-filho. É isso que lhe é patogênico. Esse papel patogênico, introduzido pela participação numa situação real ocultada, é sobrepujado, ao contrário, parcial ou totalmente, por palavras verdadeiras que verbalizam a situação dolorosa que é a dela, e que emprestam sentido, para um outro ao mesmo tempo que para ela, ao que ela está vivendo. (p.17)

A autora destaca, em sintonia com as reflexões sobre a clínica do traumático, a fundamental importância do esclarecimento desmistificador da situação singular contingente a cada sujeito na sua constituição edipiana.

Em suma, a situação própria de cada ser humano na sua relação triangular real e particular, por muito dolorosa que seja ou tenha sido, conforme ou não a uma norma social, é a única saída, se ela não é camuflada e truncada nas palavras, capaz de formar uma pessoa sadia na sua realidade psíquica, dinâmica, orientada para um futuro aberto. (p18)

Vimos então, em vários autores, como a dimensão da circulação da palavra, que possibilite a expressão da história singular do sujeito, é fundamental para a elaboração do trauma. Podemos pensar na situação de abrigo, nas histórias de violência e abandono destas crianças e, portanto, em como é necessário proporcionar a possibilidade de que tudo isso seja dito e principalmente escutado atentamente, permitindo transformações.

No intuito de enriquecer os dispositivos aqui elencados, o livro “A casa da árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância”, organizado por Lulli Milman e Benilton Bezerra Jr. (2008), também nos traz importantes reflexões teórico-práticas de trabalho psicanalítico com crianças e adolescentes moradores de favelas do Rio de Janeiro. Discutirei alguns capítulos do livro, elaborados por psicanalistas que fizeram parte do projeto, que considero em consonância com a problemática aqui trabalhada, justamente por abordar o tema da possibilidade clínica psicanalítica para além do consultório tradicional, abrangendo crianças e adolescentes em condições sociais precárias, moradores de favelas do Rio de Janeiro, onde diversas “Casas” foram instaladas e o trabalho pôde ser realizado.

Bezerra Jr. (2008), em capítulo intitulado “Os desafios de um experimento”, afirma a influência do modelo da Maison Verte, de Françoise Dolto, na constituição do dispositivo no Rio de Janeiro. Enfatiza a necessidade de ampliação do trabalho psicanalítico para além do *setting* tradicional, o que vêm ocorrendo no Brasil e em outros países com aspecto social semelhante:

Todos esses projetos e programas de ação têm em comum o fato de aceitarem o desafio de pôr à prova, e estender, a aplicação de conceitos e instrumentos de intervenção psicanalíticos na abordagem de múltiplos aspectos da experiência humana, sem reduzir seu campo de atuação ao propriamente terapêutico ou clínico, no sentido convencional. (p.17)

O autor aponta as peculiaridades da proposta de trabalho, a qual se insere na interface entre psicanálise, saúde coletiva e intervenção social. Enfatiza o caráter experimental da proposta, não mera replicação de um modelo, o que caracteriza o livro não como um manual metodológico de intervenção, mas com o sentido de provocar reflexões através do testemunho dos trabalhos elaborados. E é justamente neste sentido que tomo aqui tal experiência, um trabalho que auxilia a reflexão de dispositivos coerentes com as demandas solicitadas, as quais estamos percebendo como muito peculiares e exigentes de intervenções específicas.

Bezerra Jr. (2008) enfatiza também o caráter político do trabalho, o qual dirige-se a crianças e famílias das favelas do Rio de Janeiro, com o objetivo de:

(...) contribuir, com uma pequena iniciativa, para a construção de alternativas à atmosfera social de conformismo em relação ao quadro de desassistência, abandono e exclusão desses verdadeiros enclaves urbanos. É uma maneira de mostrar que é possível usar a imaginação teórica e a determinação política para realizar ações que podem mudar destinos subjetivos aparentemente selados. (p.18-19)

Vale à pena ressaltar alguns balizadores de tal experiência, que considero estarem em consonância com um trabalho efetivo no universo infanto-juvenil dos abrigos. Primeiramente o autor aponta a consciência do alcance de tal proposta, a qual não pretende exterminar a complexidade de problemas de ordem estrutural da exclusão social que necessitam de múltiplas formas de enfrentamento, dentre as quais cita a amplificação de recursos sociais, econômicos, políticos e culturais. Aponta também a necessária atenção no trabalho para que não se psicologize ou se reduza a um discurso

competente e técnico questões de ordem existencial, política ou sócio-econômica. Feitas as ressalvas, o autor expressa que:

Mas nada disso nos impede de pretender, com nosso trabalho, criar um dispositivo do qual crianças e adultos possam fazer uso de modo a ampliar suas chances de viver de modo o mais autônomo, criativo e satisfatório possível. (p.19)

O autor afirma a inspiração de diferentes correntes da psicanálise como ferramentas teóricas importantes na concretização do trabalho. Destaca a influência da escola inglesa, principalmente através de alguns conceitos de Donald Winnicott, e da escola francesa, através do pensamento de Françoise Dolto. Aponta como contribuições winnicottianas fundamentais as noções de *ambiente*, *agressividade* e *ação*, as quais o trabalho da Casa da Árvore procurou dialogar com as noções de *fala*, *linguagem* e *reconhecimento*, de Françoise Dolto.

A noção de agressividade primária de Winnicott, segundo Bezerra Jr. (2008), relaciona-se à característica existente na origem do ser humano de um impulso vital para a atividade, para a exploração do mundo externo e interno. Este impulso caracterizaria o ser humano como um ser em ação, em movimento de exploração do mundo, o que se contrapõe a noções sobre a infância de seres passivos com relação ao seu desenvolvimento criativo. A visão winnicottiana encontra-se, assim, em consonância com as diretrizes do ECA, no que concerne à constatação de crianças e adolescentes como *sujeitos de direitos*.

Destaca assim a amplitude da vida subjetiva, não apenas relativa às dinâmicas de uma interioridade psicológica profunda apartada da realidade exterior, mas também compartilhada com os outros:

Ao contrário: todas essas dimensões e aspectos da vida psíquica se expressam no modo como o sujeito age no mundo, na maneira como ele se descreve frente aos outros, no tipo de resposta que dá às injunções da vida no dia a dia, na maneira como se posiciona em relação ao imaginário social que o cerca. O psiquismo não pode ser pensado como apartado do corpo, nem do ambiente físico ou do mundo cultural que ele habita. (p.21)

O autor enfatiza a concepção winnicottiana de criatividade, que não deve se confundir com criação artística. Embora esta possa ser um modo de expressão da

criatividade, o conceito em si vai além, e relaciona-se à capacidade do sujeito de criar o mundo, mundo vivido e habitado por ele.

(...) a criatividade se caracteriza pela mais sutil e não menos fundamental capacidade de usufruir, de uma maneira própria, singular e prazerosa, da experiência de ser um indivíduo frente a outros no mundo. (p.21)

O autor defende um trabalho propiciador de um ambiente que permita à criança e ao adolescente potencializar sua capacidade de brincar, ou seja, de explorar de maneira própria o horizonte de ação que se abre, sem preocupações cotidianas impregnadas de significados já dados. Aponta que uma intervenção efetiva deve estar atenta à maneira pela qual o sujeito encara os desafios cotidianos com os quais se depara. Deixa-nos assim, algumas perspectivas de trabalho clínico que enriquecem os dispositivos de atuação aqui pensados, no encontro com crianças e adolescentes abrigados:

Se quisermos compreender como se formam sujeitos, entender por que sofrem, e ajudá-los a sair de impasses e enfrentar desafios para os quais não encontram resposta, é preciso prestar atenção às maneiras pelas quais seus conflitos, repetições e estereótipos se atualizam no modo como agem no mundo. É na superfície do que dizem e do que fazem que se revelam seus dramas e vicissitudes, e é neste campo que as possibilidades de intervenção podem se revelar mais férteis. (p.22)

Estes desafios imprevistos que atravessam o sujeito são, na concepção winnicottiana, fundamentais para que a criatividade aflore. São eles que possibilitam a tensão entre o hábito e a criação, ou seja,

(...) entre ações que garantem a estabilidade das imagens de si e do mundo, preservando certas referências identitárias, e atos criativos inovadores, que criam novas maneiras de o sujeito se ver e se descrever no mundo – instituindo, assim, novas formas de agir como sujeito frente às expectativas sociais que o cercam, e frente a seu próprio desejo. (p.22)

Bezerra Jr. (2008) nos dá um panorama de como propiciar um ambiente que forneça suporte à emergência da potência criativa de crianças e adolescentes. Panorama que converge com o trabalho em abrigos, e nos deixa mais próximos de como possibilitar um ambiente acolhedor e transformador, que amplie as capacidades normativas do sujeito em questão, ou seja, que possibilite a cada sujeito a criação de

novas normas de funcionamento no encontro com os desafios que o meio imprime. E propiciar um espaço onde o brincar se viabilize é fundamental na intervenção aqui refletida, tomando o brincar como um modo do sujeito se expressar, e os possíveis sentidos deste brincar derivados de uma escuta atenta como potenciais transformadores dos sujeitos em questão.

Como características de um ambiente que impede o desenvolvimento criativo do sujeito, o autor enfatiza alguns pontos que merecem destaque. O ambiente não pode ser intrusivo ou retaliador, que antecipa ações e explorações do sujeito, tampouco indiferente ou omissivo, deixando o sujeito numa oscilação entre onipotência e impotência em relação com os outros e com o mundo, “pois é justamente a resistência oferecida pelo ambiente que permite ao sujeito ter a medida de suas forças, perceber-se reconhecido, e fazer uso proveitoso de sua agressividade.” (p.24)

Defende assim uma concepção de ambiente denominada por Winnicott de “ambiente suficientemente bom”, não ideal, mas que no encontro com as necessidades do sujeito se mostre provisional, ou seja, “que acolha e sustente, que gere confiança pela estabilidade e previsibilidade que ele demonstra” (p.23). Um ambiente que permita ao sujeito um acolhimento que emane confiança não apenas em relação ao ambiente em questão, mas a confiança de se sentir apto a explorar suas potencialidades criativas. É isto que, segundo o autor, caracteriza a concepção winnicottiana de saúde mental:

Usufruir de uma vida mental saudável não significa estar imune a sofrimentos, sintomas, e crises, pois estas fazem parte da dinâmica natural de qualquer existência. Significa experimentar a vida como aberta a surpresa, como uma promessa de satisfações futuras, enfim, como uma vida boa para ser vivida. (p.24)

Neste sentido, considero necessária a conscientização da própria equipe técnica das instituições de abrigamento em relação à importância fundamental de se oferecer um ambiente de acolhimento coerente com tal pensamento. Tal coerência já é abarcada pelo ECA, porém nem sempre oferecida na realidade social brasileira. Considero este um ponto fundamental de intervenção, em que um trabalho de conscientização com os técnicos seja indiretamente estruturante para as crianças e adolescentes acolhidos, foco principal dos dispositivos em reflexão neste trabalho. Entende-se por conscientização a possibilidade de oferecer um espaço de escuta para os educadores, fundamental para

que estes reflitam sobre suas práticas, descolados das situações cotidianas em que estão inseridos.

Com relação às influências do pensamento de Françoise Dolto na construção do projeto da Casa da Árvore, Bezerra Jr. (2008) aponta como elementos principais que inspiraram o trabalho as questões da fala, da linguagem e do reconhecimento, principalmente ao modo de constituição subjetiva através da aquisição da linguagem. Dolto (apud Bezerra Jr., 2008) enfatiza a inscrição da criança no campo simbólico a partir do momento em que, durante o processo de utilização de palavras, deixa de se chamar em terceira pessoa para se utilizar da primeira pessoa ao referir-se a si própria no encontro com os outros, ou seja, inicia sua criação singular de si e do mundo:

Isto significa: não apenas se assujeitando às expectativas e ditames dessas demandas, mas experimentando respostas e caminhos próprios, estabelecendo laços, com a família e a sociedade, a partir de um posicionamento frente a seu desejo. (p.25-6)

Entra em cena, com isso, a capacidade de metaforização, de ressignificação de experiências, de contestação de significados estabelecidos, ou seja, a capacidade de construção de novos sentidos em que a posição de agente de sua própria história começa a delinear-se. Importante ressaltar, na direção das reflexões de Dolto, que as palavras antecedem o sujeito, ou seja, antes mesmo de seu nascimento o sujeito já está imerso num campo de sentidos derivado de múltiplos discursos:

O lugar simbólico que será convocado a ocupar vai se constituindo no entrelaçamento de múltiplas palavras, falas e significados no casal parental, no grupo do qual fazem parte, e na sociedade na qual este grupo se inclui. (p.26-7)

Esta construção de referências, fundamental para que a criança se singularize e entre em contato com seu desejo muitas vezes é problemática, derivada da precariedade social e relacional dos adultos que a antecedem. E é justamente nestas situações problemáticas que um trabalho clínico coerente com a singularidade de cada caso se faz necessário.

Bezerra Jr. (2008) enfatiza aí a importância do que Dolto denomina de “fala verdadeira”, ou seja, a necessidade de se apostar nos efeitos estruturantes de uma fala aberta, clara, franca e tranqüila com crianças e adolescentes, ou com quem quer que seja o responsável, quando for o caso. Fala esta que implica um posicionamento do

psicanalista enquanto sujeito frente a outros sujeitos, posicionamento através do qual se permite afetar e ser afetado pelo outro, não escamoteando os efeitos de tal afetação, seja o outro um sujeito ainda em constituição (no caso de crianças) ou já constituído (no caso dos adultos). Esta atitude indispensável promove a seguinte operação:

(...) a do reconhecimento recíproco dos interlocutores, operação sem a qual toda expectativa de tornar a criança capaz de assumir um posicionamento frente a seu desejo, e a arcar com as responsabilidades que esta assunção exige tenderá a fracassar. (p.27-8)

Neste sentido, enfatiza-se no trabalho da Casa da Árvore uma premissa que adoto como um dos dispositivos aqui pensados no encontro com crianças e adolescentes abrigados: a necessidade de se falar diretamente com as crianças e não apenas sobre elas. As reflexões de Baines (2008) em um dos artigos do livro em questão, intitulado “A palavra verdadeira”, convergem com a proposta aqui refletida:

Por vezes deixamos de compreender o papel fundamental da fala e da linguagem na facilitação da experiência de uma criança muito pequena – ao supormos que ela não é capaz de compreender o que dizemos, fechamos caminhos de elaboração que a ajudariam a atravessar situações difíceis. (p.147)

Baines (2008) enfatiza a necessária atenção que se deve ter na escuta de crianças, escuta que ultrapassa o campo da fala, pois muitas vezes a linguagem das crianças que ainda não possuem largo vocabulário se dá através das suas ações, comportamentos, brincadeiras, brigas. E é aí que cabe um trabalho de escuta e interpretação que propicie a construção, junto com a criança, de um modo de expressão do que está se passando em seu mundo interno, sempre na direção da verdade particular do sujeito.

Entendo, então, como um dispositivo clínico necessário no encontro com crianças e adolescentes, a criação de linguagens que facilitem sua expressão, seja através da brincadeira, da fantasia, do diálogo, ou seja, uma criação que demanda muita atenção por parte do psicanalista sobre o que está ocorrendo no cotidiano de cada singularidade presente. Coloca-se assim o desafio de como criar linguagens que permitam a efetividade da escuta, ou seja, que instituem à população atendida a condição de sujeitos desejantes.

Bezerra Jr. (2008) aponta também que tal fala verdadeira não se restringe a um trabalho com as crianças, mas inclui também um trabalho clínico com os pais, outro foco interventivo na experiência da Casa da Árvore. Já no caso dos abrigos considero que, mesmo com pais ausentes, um trabalho em que se possibilite a circulação da palavra enfatizando-se o papel da “fala verdadeira” de Dolto seja fundamental e afete indiretamente as crianças e adolescentes. Tal trabalho teria como foco ou os familiares, ou os próprios pais impossibilitados da função de cuidado e proteção temporariamente, ou mesmo a equipe técnica (já referida anteriormente). Este suporte da rede de cuidadores referentes às crianças e adolescentes possibilita maior consistência ao trabalho, nos dando perspectivas mais concretas de um presente e futuro saudáveis, tanto para os cuidadores quanto para as crianças e adolescentes acolhidos.

Em convergência com as idéias explicitadas, o artigo “A idéia de prevenção na Casa da Árvore”, das autoras Farias e Pinto (2008), norteia a noção de prevenção presente na experiência da Casa, pautada na seguinte lógica:

Uma das idéias básicas de qualquer dispositivo de intervenção na infância, como é o caso da Casa da Árvore, é de que ao lidarmos de maneira precoce com problemas no processo de desenvolvimento e amadurecimento subjetivo podemos de algum modo prevenir o aparecimento de problemas posteriores na vida psíquica das crianças. (p.167)

Porém, as autoras logo situam a polêmica discussão que o tema da prevenção coloca no que concerne ao campo da saúde mental. Explicitam a concepção de saúde da O.M.S.(Organização Mundial de Saúde), a qual considera saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença e enfermidade.” (p.167)

Afirmam que, embora haja um caráter utópico nesta definição, é preciso enfatizar o mérito de que tal concepção situa a atuação em saúde como muito mais ampla que a eliminação de doenças, norteando assim uma prática interventiva que tenha como objetivo fundamental a prevenção, ou ainda mais, a promoção de saúde.

Com relação ao termo “prevenção”, a reflexão de Almeida (1995), em artigo intitulado “O papel da escola na educação e prevenção em saúde mental”, nos traz importantes reflexões a respeito das implicações do uso de tal termo, principalmente por

explicitar que não se previne ingenuamente, evidenciando os mecanismos de controle social que estão por trás do foco de prevenção. Diz ela:

A prevenção destina-se a populações previamente determinadas, segundo o perigo que supostamente representam ou os riscos que correm. Não há ações preventivas, em saúde ou em educação, sem que estes riscos tenham sido antecipadamente estimados. (...) Portanto, é contrário à lógica da prevenção se ocupar de pessoas ou populações que, em princípio, não apresentam indicadores ou riscos de doença, inadaptação social ou escolar, por exemplo. (p.3)

Considero que esta ressalva é fundamental por lidarmos aqui com uma população que possui características de vulnerabilidade explícitas ao longo deste trabalho. Reitero assim que mesmo considerando os mecanismos de controle que estão por trás do termo prevenção, parte-se da premissa de que é viável um trabalho de enfoque nas potencialidades da população em questão, para além da adaptação social. Retomo assim o artigo sobre a idéia de prevenção na Casa da Árvore, de Farias e Pinto (2008), com o intuito de justificar a premissa de viabilidade do trabalho aqui pensado. As autoras enfatizam a complexidade de se falar em prevenção quando se trata do que é chamado de doenças mentais, demonstrando um refinado cuidado para não se cair justamente nas tendências adaptativas criticadas por Almeida (1995) no artigo citado acima. Constatam, assim, que:

Além disso, ao contrário do que vale para o organismo humano, não temos como identificar com clareza o que poderia ser chamado de um funcionamento subjetivo *normal*, já que a maioria dos critérios que utilizamos para julgar emoções, comportamentos, juízos, afetos, atitudes – enfim, tudo aquilo de que consiste a vida subjetiva de indivíduos – não se aplica universalmente. (p.169)

As autoras (2008) apontam, portanto, uma necessária distinção que se deve fazer entre os termos “prevenção” e “promoção de saúde”, distinção também elencada por Almeida (1995). Referem-se aos dispositivos da Casa da Árvore como intervenções na linha de promoção de saúde, mais do que na linha preventiva, afirmando a impossibilidade de se prevenir patologias psíquicas ou sofrimentos mentais, no sentido estrito do termo (intervir para evitar), principalmente levando-se em consideração a singularidade do funcionamento subjetivo.

Caracterizam o trabalho da Casa da Árvore como um dispositivo de promoção de saúde, que reflete sobre a possibilidade de se ampliar o horizonte de recursos

subjetivos no encontro com os desafios cotidianos que a vida impõe aos sujeitos que procuram o serviço. Em outras palavras:

(...) o que fazemos na Casa da Árvore se aproxima mais do horizonte da *promoção* do que da *prevenção*, já que nosso propósito não é o de evitar o aparecimento deste ou daquele distúrbio psíquico, mas o de ampliar o acesso a recursos que possibilitem maior autonomia, plasticidade e criatividade na vida subjetiva daqueles que nos procuram. (p.171)

Considero assim que os dispositivos psicanalíticos aqui pensados, derivados de psicanalistas de diferentes linhas passíveis de ricas interlocuções, permitiram que do diálogo entre estas concepções teóricas emergisse o sentido de promoção de saúde aqui refletido.

Em relação à Winnicott, podemos considerar a promoção de saúde sucintamente como a *provisão ambiental suficientemente boa*, ou seja, a sustentação de condições que permitam à criança e ao adolescente dispor de seus recursos criativos para enfrentar as injunções da vida.

As autoras do capítulo aqui em questão (2008), baseiam-se em Dolto ao definirem a prevenção em psicanálise como uma intervenção que engloba um trabalho com os pais e com a sociedade em geral, a fim de:

(...) oferecer a maior quantidade de meios possíveis para que se estabeleçam relações nas quais a possibilidade de acesso à verdade das experiências vividas (sentimentos, temores, expectativas, afetos) possa ter seu lugar assegurado – reduzindo assim a necessidade de estratégias defensivas contra a angústia excessivamente rígidas, que caracterizam as formações sintomáticas graves e as patologias psíquicas. (p.175)

Neste sentido, as autoras se utilizam da definição de Canguilhem (apud Farias e Pinto, 2008) de *normatividade*, esclarecedora do que estamos aqui pensando, tanto a partir de Dolto quanto de Winnicott. Normatividade caracteriza-se por:

(...) esta propriedade, que só os seres vivos possuem, de modificar-se inventando novas formas de viver, novos padrões de funcionamento, novas maneiras de se relacionar com outros seres vivos e com o ambiente, é a isso que Canguilhem chama de *normatividade vital*. (p.176-177)

Considero, portanto, que os dispositivos clínico-institucionais aqui pensados no encontro com crianças e adolescentes em situação de abrigo caracterizam-se por dispositivos de foco na promoção de saúde, no sentido aqui trabalhado. Entende-se, assim, que promoção de saúde engloba os dispositivos aqui elaborados, coerentes com a questão psicossocial de crianças e adolescentes abrigados.

Convém especificar a fim de esclarecer a reflexão exposta acima, os dispositivos psicanalíticos norteadores de uma prática coerente com a demanda aqui em questão. Destaca-se um trabalho com ênfase no traumático, denominado clínica do traumático, anterior ao sintoma, propulsor de sentidos para o vivido e conseqüente perspectiva de futuro, através da transformação do trauma em experiência compartilhada, o que é denominado pelas autoras estudadas de *elaboração coletiva do trauma*. Com isso enfatizamos a importância de nomeação e significação de vivências de violência, em que a escuta psicanalítica é fundamental. Tal escuta inclui especial atenção aos modos pelos quais os sujeitos em questão encararam os desafios do cotidiano, de onde emergem conflitos, repetições e estereotípias.

Enfatizamos também a necessidade de se potencializar a capacidade de brincar, considerada como importante meio de expressão das crianças e adolescentes. Tal potencialização relaciona-se com a provisão do que é denominado de *ambiente suficientemente bom*, fundamental no processo de acolhimento de crianças e adolescentes que chegam às instituições.

Destacaram-se também especificidades na postura do adulto em relação às crianças. Postura esta que implica no reconhecimento recíproco dos interlocutores, possibilitando que as crianças e adolescentes posicionem-se frente a seus desejos. Enfatiza-se aí o que é denominado *fala verdadeira*, fundamental para que tais desejos sejam legitimados. Além disso, um trabalho de escuta e capacitação com a família, com os educadores, e com toda a rede social de apoio à população em questão revelou-se fundamental.

## **PROJETOS DO INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA**

A fim de concretizar o diálogo entre teoria e prática contemporâneas, elencou-se o Instituto Fazendo História como instituição em que propostas de intervenção no contexto estudado são passíveis de interlocução com o trabalho aqui em questão. Segue, com isso, a explicitação dos projetos propostos no contexto de crianças e adolescentes abrigados, pesquisados no site [www.fazendohistoria.org.br](http://www.fazendohistoria.org.br) e no “Guia de ação para abrigos e colaboradores” disponibilizado pelo próprio Instituto. O Instituto Fazendo História é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em 2005 por um grupo de psicólogas envolvidas com a causa das crianças e adolescentes em situação de abrigamento.

A partir de um dos projetos atuais, o projeto “Fazendo Minha História”, cujas diretrizes discutirei em seguida, que acontece desde 2002, o Instituto percebeu a necessidade de ampliar seu trabalho nos abrigos, fundando assim um centro de pesquisa e criação de novas práticas.

Atualmente, o Instituto Fazendo História intervém em abrigos e CRECAs através de quatro programas principais: “Fazendo Minha História”; “Perspectivas”; “Com Tato”; “Palavra de Bebê”. Além destes está em vigor também o “Projeto Oficinas”, e o projeto “Arte e Expressão”. Considero que um aprofundamento de cada frente de trabalho seja enriquecedora da análise final.

### *-Fazendo Minha História:*

Os objetivos principais do Projeto Fazendo Minha História giram em torno da importância de se criar condições para que as crianças e adolescentes se apropriem, compreendam e registrem suas histórias de vida. Parte-se do princípio de que por mais árduas que sejam suas histórias, isto é fundamental para o desenvolvimento do conceito de identidade e do potencial de relacionamento das crianças com quem está ao seu redor, baseado no vínculo de respeito, cuidado e confiança.

Outro foco é na aproximação das crianças do universo da literatura infanto-juvenil, com o intuito de auxiliar na ampliação do repertório cultural. Para tanto o Instituto doa aos abrigos e CRECAs diversos livros infanto-juvenis considerados ricos em temas que proporcionem às crianças uma ampliação da consciência de si através do

recurso da fantasia. As atividades dividem-se em duas etapas: a primeira caracteriza-se pela mediação de leitura de livros doados pelo Instituto Fazendo História, e a segunda destina-se ao registro da história de cada um. Vale ressaltar que os álbuns são construídos pelas crianças e adolescentes, sempre acompanhadas de um colaborador voluntário, ou alguém da equipe profissional do próprio abrigo

O “Guia de Ação para Abrigos e Colaboradores”, elaborado pelo Instituto, explicita toda a rede envolvida no projeto, assim como os princípios e concepções que regem o trabalho. Fazem parte desta rede a equipe técnica do Instituto, a coordenação e os profissionais dos abrigos parceiros, as crianças e adolescentes, e suas famílias, dependendo da singularidade de cada caso.

O guia deixa claro o objetivo em comum de toda a rede, que visa ao desenvolvimento das crianças e adolescentes em situação de abrigo através da valorização de suas histórias.

Há também a especificação do que cabe a cada um dos parceiros desta rede:

**O Instituto Fazendo História** disponibiliza a metodologia e a formação para o desenvolvimento do projeto. Há sempre um profissional acompanhando e apoiando o desenvolvimento da iniciativa em cada abrigo parceiro.

**O abrigo** assume a gestão do projeto, providenciando as condições necessárias para a realização das atividades no dia-a-dia. Espera-se, também, que ele se aproprie do trabalho com as histórias de vida para que isso se torne uma prática cotidiana. Um profissional da equipe do abrigo deve ser o interlocutor e a referência para o projeto. Além desse gestor, os educadores são parceiros fundamentais, já que acompanham as crianças em seu cotidiano e as conhecem melhor.

**O colaborador** é quem realiza o trabalho diretamente com a criança ou adolescente. Em encontros semanais, lê histórias, monta o álbum, entre outras ações. Participa também das atividades de formação e avaliação do projeto. Ele pode ser um educador do abrigo, um estagiário de Psicologia, um profissional contratado ou um voluntário sem formação específica.

**A criança ou adolescente** é o protagonista do projeto. Cada um decide se quer ou não participar, afinal, será ele o autor do álbum e das histórias. (p.21)

O programa, pautado nas diretrizes do ECA, baseia-se numa metodologia que engloba três aspectos: o primeiro composto por *vínculo, livros e álbum*, o segundo por *produto, processo e procedimento*, e o terceiro por *formação, estrutura e gestão*.

A questão do vínculo entre o colaborador e a criança ou adolescente é considerada como premissa fundamental para que o trabalho se efetive. Os livros são considerados como importante ferramenta de acesso às histórias pessoais das crianças. Já o álbum, que cada criança recebe em branco ao ingressar no programa, é o espaço de expressão e registro da vida de cada um sobre passado, presente e futuro.

O guia enfatiza a importância da literatura no projeto, enfatizando sua dimensão de ampliadora do universo cultural, assim como de disparadora de histórias singulares através do recurso da fantasia.

As narrativas funcionam como organizadoras do mundo interno; com as histórias, elas (crianças) são capazes de se reinventar e vislumbrar o futuro. Abre-se, assim, a possibilidade de trabalhar diversos temas: amor, morte, separação, amizade, rejeição, crescimento, sexualidade, entre outros. (p.33)

O produto final é a produção do álbum, mas enfatiza-se também a importância de todo o processo, que implica na relação de confiança estabelecida entre o colaborador e a criança no conjunto de atividades desenvolvidas ao longo do trabalho. O procedimento implica, além das atividades, tudo o que foi necessário para a concretização destas, incluindo “organização do espaço e do material, cumprimento dos horários, preservação do álbum e dos livros, etc.” (p.36)

O terceiro aspecto fundamental da metodologia relaciona-se aos bastidores do trabalho com as crianças. A formação de todos os envolvidos é considerada fundamental na garantia da qualidade do atendimento, e o Instituto garante espaços de trocas de experiências e encontros de formação inicial, de capacitação e supervisões. O Instituto garante também a estrutura material necessária para que o projeto se viabilize, cabendo aos abrigos garantir a manutenção da estrutura. Finalmente, a gestão dos

recursos cabe a um responsável do abrigo, que deve garantir um horário e espaço para as atividades, além de se responsabilizar pelo envolvimento da família, quando for o caso, e por guardar e encaminhar o álbum das crianças, em casos de saída da instituição.

O projeto aposta no abrigo como espaço alternativo de proteção e desenvolvimento integral, entendendo que as crianças e adolescentes que vivenciam tal realidade institucional provavelmente passaram por condições de orfandade, abandono, violência ou negligência, e demandam trabalho e atenção especializados.

O guia explicita a concepção de infância que afirma a potencialidade criativa de crianças e adolescentes, capazes de serem autores de suas histórias de vida, elaborando um passado muitas vezes sofrido:

Uma criança que mora em abrigo é como todas as outras – vai chorar, viver faltas, frustrações e precisar de limites. Certamente, ela tem fatos e vivências sofridas em seu passado, mas sua identidade não se restringe apenas a isso. Todos têm potencial para crescer, se desenvolver e elaborar sua história de vida. (p.26)

Ao início de cada trabalho há um processo de preparação das partes envolvidas, ou seja, da equipe do abrigo, passando pelas crianças e adolescentes deste, pela formação dos colaboradores e possível envolvimento das famílias.

A formação dos colaboradores visa à aproximação destes do universo dos abrigos e do projeto, esclarecendo a metodologia deste, a responsabilidade do compromisso assumido, uma aproximação do universo infantil, da literatura específica e do processo de mediação de leitura.

A mediação é um dispositivo utilizado que parte da leitura das histórias em voz alta, mas que é cuidadosamente atento às reações das crianças, possibilitando um ambiente de troca em que todos compartilhem sentimentos e reflexões suscitados do encontro com a leitura. O mediador facilita estas reflexões, escuta cuidadosamente os comentários, possibilita que as crianças escolham o que será lido, responde ao que é questionado (quando possível), observa e respeita as reações das crianças no decorrer do processo. Importante ressaltar que cada colaborador adquire ao inserir-se no projeto um “Guia de ação para abrigos e colaboradores”, fundamental na formação destes e na qualidade do atendimento oferecido, pois oferece informações que perpassam características do projeto, princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente,

contextualização de crianças e adolescentes, peculiaridades das instituições de acolhimento e da população atendida, aproximação do universo de literatura infantil utilizado e, finalmente, ampla explicitação da metodologia de trabalho utilizada.

### -Perspectivas

O “Perspectivas” é um programa de formação para coordenadores, técnicos e educadores, visando a garantia de um espaço de fortalecimento do grupo de profissionais envolvidos na dinâmica cotidiana dos abrigos e CRECAs, contribuindo para a comunicação e integração da equipe, visando à reflexão constante sobre os desafios que se impõem, desde a chegada até o desligamento das crianças e adolescentes.

O atendimento personalizado para crianças, adolescentes e suas famílias, o desenvolvimento de uma rotina socioeducativa e a articulação com rede de equipamentos sociais de proteção compõem o projeto político pedagógico das instituições - procedimentos estes que precisam ser constantemente planejados, refletidos e avaliados. ([www.fazendohistoria.org.br](http://www.fazendohistoria.org.br))

O programa atua justamente na garantia de um espaço reflexivo a respeito das práticas da instituição, ou seja,

(...) um espaço de fortalecimento do grupo de profissionais, contribuindo assim para uma eficiente comunicação e integração da equipe. Este espaço também promove o acolhimento de questões suscitadas a partir do contato cotidiano com histórias de abandono, abusos e violências que os educadores acompanham em seu trabalho. ([www.fazendohistoria.org.br](http://www.fazendohistoria.org.br))

O programa visa, assim, construir em parceria com as instituições contratadas um projeto de trabalho convergente com a história de cada uma, com seus objetivos e identidades singulares, procurando entrelaçar tais aspectos com os parâmetros legais e técnicos regentes e orientadores em cada instituição de acolhida.

O “Perspectivas” intervém através de diferentes formatos:

- Intervenção anual: análise institucional e formação de educadores;

- Capacitações temáticas: abordagens pontuais sobre temas de interesse tais como brincar; vínculos - familiares e dentro do abrigo; sexualidade; agressividade; preparação para os processos de adoção; construção de registros de histórias das crianças/adolescentes;
- Supervisão: espaço regular de problematização do cotidiano de trabalho e dinâmica entre equipes técnicas e de educadores;
- Supervisão em grupo: problematização em grupo com os coordenadores de cada organização promovendo a discussão sobre metodologias e parâmetros de funcionamento dos serviços de acolhida e proteção;
- Aulas teóricas: exposições técnicas e teóricas sobre temas recorrentes no cotidiano das instituições.  
([www.fazendohistoria.org.br](http://www.fazendohistoria.org.br))

A intervenção anual subdivide-se em três módulos. O primeiro caracteriza-se por um diagnóstico institucional, caracterizado por um mapeamento do funcionamento da instituição, que dura em média dois meses. Tal mapeamento procura compreender histórico e princípios norteadores da instituição; composição e dinâmica das equipes; projeto político pedagógico (atividades propostas e objetivos destas); articulação com a rede de proteção (poder judiciário, saúde e educação). O segundo módulo consiste na elaboração e execução de um plano de intervenção de forma conjunta, ou seja, incluindo equipe da instituição e equipe do “Perspectivas”, e dura em média oito meses. Nesta etapa que são construídos planos personalizados de atendimento (PPA’s), referentes a demandas singulares de cada criança ou adolescente. Finalmente, o terceiro módulo consiste em avaliação e sistematização do projeto, e dura em média dois meses.

#### -Com Tato

O “Com Tato” atua através da oferta de atendimento psicológico individualizado e gratuito para crianças e adolescentes em situação de abrigamento. O programa oferece um novo modelo de relacionamento, construído a partir de um vínculo estável e seguro, que os auxilia a lidar com sua história pessoal e a construir um projeto de vida.

Os psicoterapeutas são voluntários selecionados que recebem supervisão semanal com profissionais com larga experiência na área.

### -Palavra de Bebê

O programa “Palavra de Bebê” foca a primeira infância, e possui como meta primordial fortalecer o vínculo entre o bebê que está no abrigo e seus cuidadores, através da criação de espaços coletivos (ateliers) de estimulação, onde estão presentes os bebês, os colaboradores e os cuidadores.

Nestes momentos de trabalho em grupo o conhecimento da dinâmica entre o bebê e os adultos é favorecido e as formas de comunicação que ele já consegue acessar são identificadas, promovendo uma compreensão e aproximação afetiva maior do educador bem como do colaborador com as crianças. O trabalho com os educadores neste momento centra-se em convocá-los a pensar em brincadeiras aprendidas na sua própria história e também ao longo de seu percurso profissional.  
([www.fazendohistoria.org.br](http://www.fazendohistoria.org.br))

As ferramentas de trabalho utilizadas nos espaços coletivos explicitados acima consistem em brincadeiras com instrumentos musicais, brincadeiras através da construção de brinquedos com sucata e atividades de mediação de leitura.

O programa enfatiza a importância do vínculo do bebê com um adulto que lhe apresente o mundo, proporcionando, para tanto, espaços de reflexão e discussão sobre as histórias de cada bebê e suas implicações.

Isto possibilita que sejam formuladas hipóteses sobre cada bebê e que seja construído um plano individual de cuidado para cada um. Nas reuniões quinzenais entre a equipe do programa e educadores do abrigo, são discutidas as histórias individuais e levantados temas a serem trabalhados pelos educadores, como medo, desabrigo, vínculo, apego e outros.  
([www.fazendohistoria.org.br](http://www.fazendohistoria.org.br))

Nos abrigos em que as mães vivem com seus filhos um trabalho semelhante é realizado, possibilitando um espaço de reflexão destas mães sobre suas histórias e perspectivas de caminhos futuros a serem traçados.

O trabalho também utiliza como metodologia a construção de álbuns para cada bebê, em que o cuidador responsável é orientado a registrar de maneira lúdica as preferências, conquistas, vínculos de amizade estabelecidos e, quando possível, contemplar a família nos registros.

### -Projeto Oficinas

O “Projeto Oficinas” visa contribuir com a formação dos educadores de abrigos e CRECAs, proporcionando oficinas temáticas com temas variados emergentes no cotidiano dos abrigos, facilitadas profissionais especialistas de diversas áreas, com o intuito de qualificar o atendimento das crianças e adolescentes acolhidos.

Através de oficinas temáticas, oferece um espaço de encontro; de reflexão e troca, um convite aos profissionais a refletir sobre suas práticas e competências a partir do eixo ação – reflexão – ação. (www.fazendohistoria.org.br)

Os encontros têm duração de cinco horas e os temas propostos giram em torno de questões emergentes no cotidiano das instituições, detectadas através dos diversos programas interventivos do instituto.

Metodologia e estratégias dialogam e se complementam, no intuito de uma construção coletiva coerente com a temática específica de cada encontro.

A metodologia das oficinas tem como ponto de partida o conteúdo e o repertório de cada participante e é a partir da construção coletiva que surgem propostas educativas e construção de procedimentos comuns em um espaço marcado pela coletividade. As estratégias utilizadas são: participação de especialistas no tema, a fim de introduzir questões teóricas; debates em pequenos grupos, possibilitando a troca de experiências e vivências; debate entre participantes e especialistas, articulando prática e teoria; e a costura do encontro. (www.fazendohistoria.org.br)

### -Arte e Expressão

O projeto “Arte e Expressão”, derivado de uma parceria do Instituto com a Moradia Associação Civil/Casas Taiguara, patrocinado pelo Instituto Minidi Pedroso de Arte e Educação Social, tem como proposta uma formação continuada de arte-educação para educadores de abrigos e CRECAs. Foca, com isso, a ampliação do universo cultural dos educadores e, reconhecendo a capacidade transformadora da arte, visa à replicação dos conteúdos absorvidos na formação com as crianças e adolescentes das instituições de acolhida onde os educadores trabalham.

O curso é subdividido em módulos, em que profissionais qualificados de diversas linguagens artísticas propõem atividades que aproximem os educadores de tais linguagens, dentre as quais a literatura, a música, as artes plásticas e o cinema. Em reuniões semanais de planejamento, profissionais do Instituto Fazendo História se responsabilizam pela coordenação pedagógica do projeto.

## ANÁLISE

Esta etapa do trabalho visa articular a teoria estudada com as práticas elencadas tanto na descrição dos projetos do Instituto, quanto na entrevista realizada com uma psicanalista envolvida na idealização de projetos do Instituto. A transcrição integral da entrevista está em anexo neste trabalho, assim como o roteiro utilizado. Para a elaboração desta análise elencarei os conteúdos compreendidos como enriquecedores da articulação com os dispositivos estudados. Trechos da entrevista serão destacados a fim de evidenciar aspectos fundamentais da prática profissional relacionada à promoção de saúde da população em situação de abrigamento.

Retomarei os principais conceitos aqui refletidos, com o intuito de destacar os dispositivos de intervenção emergentes no decorrer do trabalho. Tal sistematização pretende esclarecer os aspectos interventivos estudados, visando viabilizar a discussão a respeito da correlação entre estes aspectos e os projetos do Instituto Fazendo História, assim como dialogar com as importantes reflexões da psicanalista entrevistada a respeito de sua prática profissional. Destacam-se, assim, os seguintes dispositivos:

-função do semelhante (elaboração coletiva do trauma): espaço adequado para compartilhar experiências, histórias de vida, dores, fantasias, sonhos, elaborar luto, dar sentido ao vivido;

-atenção no cotidiano, no modo como os sujeitos encaram este cotidiano e criam a partir dele, a fim de propiciar um espaço interventivo que faça sentido no cotidiano da população, gerando a confiança para que a criatividade aflore;

-atenção às repetições e conflitos atualizados no dia a dia, visando sempre à construção conjunta de um sentido para o vivido;

-ambiente não intrusivo ou retaliador, tampouco indiferente ou omissivo, ou seja, “ambiente suficientemente bom”: acolhedor e transformador, que permita a cada sujeito sentir-se confiante para explorá-lo, e que imprima desafios que garantam a ampliação de suas capacidades normativas; ambiente potencializador da capacidade de brincar, entendendo-se o brincar como fundamental na constituição subjetiva e meio de interlocução entre adulto e criança;

-“fala verdadeira”: permitir-se afetar e ser afetado pelo outro, no caso de um encontro entre psicanalista e criança ou adolescente, possibilitando assim um posicionamento da criança frente a seu desejo a partir do reconhecimento do outro como sujeito;

-criação de linguagens múltiplas que efetivem a escuta do sujeito enquanto tal;

-trabalho com equipe técnica referente a um modo adequado de oferecer “ambiente suficientemente bom” de acolhimento;

-trabalho com rede de cuidadores, incluindo aí trabalho com os pais, a família em geral, os educadores de abrigos, ou seja, todos que influenciam de alguma forma a constituição subjetiva da criança ou adolescente;

-trabalho, portanto, sempre com foco na promoção de saúde, no sentido aqui refletido.

Partindo inicialmente dos programas elencados do Instituto, pode-se afirmar que em geral trabalham na linha da promoção de saúde, traçando dispositivos de intervenção que visam à autonomia das crianças e adolescentes em questão, através de estratégias diversas de aproximação destes sujeitos de suas potências e dificuldades.

Outra característica fundamental dos programas do Instituto passível de destaque deriva da ênfase destes na importância do diálogo entre as diversas instâncias responsáveis pela rede de cuidados às crianças e adolescentes. Há uma preocupação em compartilhar as responsabilidades associadas a aspectos do cuidado à população em questão. Considero que tal fato é fundamental no que consideramos aqui como oferecimento de ambiente suficientemente bom, ou seja, a partir dos diálogos existentes entre os responsáveis pela rede, a provisão de tal ambiente é amplamente favorecida. Entre os diversos responsáveis por esta rede podemos destacar: educadores, colaboradores, equipe técnica, psicoterapeutas, supervisores institucionais, famílias, instituições educacionais e de saúde frequentadas pelas crianças e adolescentes, profissionais do campo das artes.

A utilização da literatura infanto-juvenil como facilitadora da expressão subjetiva das crianças e adolescentes merece destaque. O método da mediação de leitura, que possibilita um verdadeiro diálogo com a criança, permitindo e facilitando sua expressão, é a meu ver potencializador em múltiplos sentidos. Primeiramente

podemos enfatizar a característica de tal estratégia de facilitar o contato da criança ou adolescente com sua história de vida a partir da identificação com as histórias contadas. Os conteúdos diversos dos livros permitem o contato da criança através do recurso da fantasia com seus conteúdos subjetivos em necessidade de elaboração. Conteúdos estes que se concretizam através de temas diversos: amor, morte, separação, amizade, rejeição, crescimento, sexualidade. Inferimos aí a possibilidade de “elaboração coletiva do trauma”, em que a circulação da palavra, facilitada pela literatura, possibilita o compartilhar de dores e anseios, desconstruindo a posição de vítima da criança. Considero tal método de trabalho como a criação de uma linguagem que possibilita a veiculação da palavra entre adulto e criança, assim como entre as próprias crianças.

Outro projeto que possibilita criações diversas de linguagens que facilitam a expressão infantil é o “Arte e Expressão”, que considera a arte como veículo transformador da realidade, facilitando a expressão criativa da criança, oferecendo subsídios para que os desafios do cotidiano sejam superados de forma criativa, no sentido de aproximar a criança de seu desejo. O projeto visa também à ampliação do universo cultural dos educadores, enriquecendo o universo dos abrigos através da capacitação em arte-educação.

A posição ética do Instituto de acreditar no potencial subjetivo e criativo das crianças e adolescentes vai ao encontro tanto da visão psicanalítica sobre o sujeito quanto das diretrizes do ECA referentes aos direitos das crianças e adolescentes. Neste sentido, concluo que o olhar da promoção de saúde aqui trabalhado expressa-se também ao considerarmos tais estratégias como amplificadoras da normatividade vital da população atendida. Normatividade no sentido aqui trabalhado e conceituado por Canguilhem, de modo singular do ser humano de se relacionar e criar a partir dos encontros que a vida impõe. E neste sentido, a aproximação do universo da arte, tanto através de literatura do programa “Fazendo Minha História”, quanto da capacitação de educadores proporcionada pelo “Arte e Expressão”, é uma ferramenta a meu ver de suma importância na ampliação da normatividade vital destas crianças e jovens.

O olhar do programa “Perspectivas” para a supervisão profissional é, a meu ver, fundamental na capacitação e reflexão destes profissionais sobre seu trabalho. E neste

ponto me utilizarei também das reflexões da psicanalista entrevistada criadora do projeto, esclarecedoras da importância de tal intervenção.

Primeiramente, as reflexões da entrevistada sobre sua visão de sujeito das crianças, desde bebês, a partir da psicanálise, estão em plena consonância com este trabalho. Diz ela:

“(...) meu entendimento é que a psicanálise entra numa leitura, numa visão de criança e de adolescente que implica estar ali um sujeito (...) desde bebê no sentido não que ele já está constituído, ele está em constituição, mas que o educador precisa supor ali, precisa sustentar essa relação para que o bebê possa ir se apoiando nela e se constituir. Então acho que o que a psicanálise de fato contribui, do meu ponto de vista, é no olhar que se tem para estas crianças. Crianças e adolescentes que estão em abrigos necessariamente passaram por alguma situação de rompimento com o que o Estatuto traz como proteção integral, foi rompido. Em algum momento, a família, ou a rede, ou a rede extensa, não conseguiram efetivar essa proteção. Portanto, ninguém chega ao abrigo numa situação tranqüila, estável. Sempre numa situação complexa, do ponto de vista social e familiar, sempre. Então, o que a psicanálise justamente faz é olhar para estes meninos de um jeito que integre a história(...)”

A entrevistada enfatiza o olhar cuidadoso e singular que deve estar em jogo no encontro com cada criança, olhar atento ao cotidiano, às repetições, às maneiras singulares de expressão de cada um. Um olhar que descongela tanto a posição da criança quanto a posição social a ela atribuída. Explicita assim a importância do trabalho de supervisão de equipe técnica, no caso através do “Perspectivas”, potencializando a equipe para posicionarem as crianças e adolescentes como sujeitos desejantes. Além disso, enfatiza o que se discutiu no capítulo teórico sobre a “fala verdadeira”, ou seja, destaca que neste trabalho com a equipe técnica a importância de se falar e respeitar a história de vida de cada sujeito, por mais árdua que pareça ser, sem a qual não se amplia a capacidade normativa deste. Diz ela:

“Então acho que a psicanálise traz isso, essa marca do singular, do único, de que um sujeito é e faz e se constitui a partir dessa história. Uma coisa que eu acho bem importante, João, é que não tem a ver com uma investigação informativa, tem a ver com uma compreensão mais complexa desse menino que chega, e que não chega com uma

mala vazia, ele chega com uma série de marcas e traços, se a gente for pegar no Freud, traços mnêmicos, isso a gente vê vivo em comportamentos que são disruptivos, que são incompreensíveis, que a partir do momento em que você não se remete à história você não consegue compreender. Então você dá uma resposta para o menino que não é o que ele está perguntando, então você o encarcera no seu julgamento. Então a hora que você trabalha a partir da história, construindo e discutindo casos, fazendo PPA (Plano Personalizado de Atendimento), você consegue não só se ver enquanto instituição tendo uma resposta reativa, mas de fato você se propõe a conhecer este outro que está chegando e que com certeza tem uma história, nem que for um bebê de dois dias, que foi encontrado dentro do terreno, esta é a história, e a partir desta história, desta origem, que este bebê vai ter que viver, e não é só no tempo do bebê, é para o resto da vida, é esta a história, isso é inalienável, é neste sentido.”

Com relação ao que a entrevistada denomina de Plano Personalizado de Atendimento, podemos destacá-lo como método de trabalho que propicia justamente este olhar singular para cada criança, através de um posicionamento que possibilita a constituição subjetiva de cada um. Legitima a psicanálise como teoria e técnica de ênfase na verdade do sujeito, única, em que a função do semelhante é justamente de possibilitar escuta e compartilhar singularidades.

Outro posicionamento destacado pela entrevistada, fundamental no trabalho com a equipe técnica, diz respeito à posição de sujeito potente e criativo, não uma vítima passiva de sua história de vida:

“E num segundo ponto que eu acho bem importante, que esta é a contribuição da psicanálise do meu ponto de vista, é de olhando esse sujeito dentro de um contexto não colocá-lo, não posicioná-lo como vítima de uma história triste. Na psicanálise, do meu entender, acho que tem uma concepção muito clara de que o sujeito não está encarcerado ao que ele viveu factualmente, mas que todo o sentido, toda a elaboração, é posterior, portanto, esse sujeito pode voltar à cena, entre aspas, mais disruptiva, e pode não se entender como passivo dentro daquela cena, mas como alguém que pode de fato ressignificar, reposicionar, e transformar essa posição de passiva para um ser aí autônomo que vai fazer alguma coisa a partir dessa história.”

Ao falar especificamente da formação de educadores, a entrevistada exemplifica situações interessantes de aproximação entre o universo de expressão da criança e como um trabalho efetivo com os educadores pode auxiliar na compreensão clínica de tal expressão. Com relação ao trabalho do “Perspectivas” destaca que:

“Na minha experiência de trabalho, acho que principalmente com o trabalho de formação de educadores, é instaurar na instituição um espaço de reflexão, e aí a gente pensa na supervisão, na formação dos educadores, que seja um espaço em que eles possam falar do que se vive com essas crianças, que eles possam perguntar e ter acesso aos dados da história, e ir fazendo o trabalho de uma forma não reativa. Acho que o abrigo é uma instituição que tem muita demanda de tarefas, tem que levar no médico, tem que levar no dentista, tem que levar...e são vinte. É muita coisa mesmo para fazer, então a possibilidade de você entrar numa rotina totalmente de “fazeção”, mecânica, é muito grande. Então na verdade a experiência que eu tenho, em qualquer um dos programas de intervenção, eu penso mais no “Perspectivas” quando eu estou falando isso, mas acho que com qualquer outro, é promover esses espaços coletivos de reflexão para que o dia a dia do abrigo não seja reativo, com respostas personalizadas dos educadores, mas que tenham um projeto institucional que ampare esse educador.”

Em seguida cita um interessante exemplo de expressão da angústia de uma criança no abrigo, explicitando assim o que chama de Plano Personalizado de Atendimento:

“Um menino que fazia cocô e espalhava pelo abrigo inteiro o cocô dele, e é uma situação muito desagradável para quem está trabalhando, e a hora que começou a sentar o educador e começou a pensar que esse cocô vinha depois de uma hora sempre no começo da semana, depois da visita, e como você vai recolocando um pouco os comportamentos imediatos dentro de uma cadeia, e aí você consegue dar significado. A hora que você faz isso você não simplesmente pega o menino e fica com raiva, o que é totalmente compreensível, porque educador também...é isso, quem agüenta com cheiro de cocô sendo que você tem vinte crianças gritando no seu ouvido e de repente você tem uma parede inteira para limpar, não é uma coisa fácil. Mas claro que você vai construindo diretrizes, então esse menino precisa conversar sempre depois da visita, e tem que ter um educador que vá junto com ele limpar a parede e ir conversando,

oferecer uma possibilidade de reparação para o que esse menino faz, e ao mesmo tempo oferecer palavra, oferecer a chance de ele movimentar essa história para não precisar atuar desse jeito. Isso tudo, no momento em que é construído coletivamente, nenhum educador vai chegar solando no menino, por mais que ele esteja já cansado, porque aquilo não é um ataque ao educador, aquilo tem a ver com uma expressão de angústia pura, a hora que você pega o seu próprio cocô, enfia a mão, É quase transformar o que é um cocô na parede em quase que um painel de expressão, é poder significar, e aí você legitima o que o educador está fazendo lá, que é um ato educativo, não é um ato de contenção, não é um ato de julgamento, não é um ato de alimentar e...não é um ambiente higienista nesse sentido, não é só limpar e dar comida.”

A entrevistada em consonância com as reflexões aqui presentes ainda destaca expressões subjetivas de crianças e adolescentes que não se dão apenas através do discurso verbal. Esclarece e legitima, a meu ver, o trabalho com os educadores no sentido de aproximá-los do universo subjetivo da população em questão.

“O educador conseguindo, tendo disponibilidade objetiva e subjetiva de ouvir, as crianças estão falando, elas falam falando, elas falam espalhando cocô, elas falam desenhando, elas falam mordendo, elas falam não dormindo, elas falam tendo alergia, então a questão é justamente poder estabelecer tempos de formação dentro do abrigo para que o educador possa se posicionar como educador, e não como ali alguém contendo, que vai só executando mecanicamente uma rotina. Então nisso também acho que a psicanálise tem uma contribuição porque ela de fato traz para o campo singular todas as expressões. Cocô na parede não tem um significado único, que todos os cocôs na parede querem dizer a mesma coisa na mesma hora, ela singulariza.”

Destaca também, em convergência com as reflexões aqui trabalhadas, a imbricação necessária entre a possibilidade de compreensão das diversas formas de expressão das crianças e adolescentes e a amplificação da escuta dos profissionais envolvidos:

“Não é uma escolha o ser humano falar, ele fala, ele pode não falar verbalmente, ele pode falar colocando um monte de cocô na parede, ele pode falar usando drogas, ele pode falar roubando, ele pode falar dormindo o dia todo, ficando deprimido, ele pode falar comendo muito, ou não comendo, ou adoecendo, ou brigando, então acho que tem

muito isso, a questão é a gente abrir os poros para escutar. (...)eu vejo um pouco essa história do cocô como uma obra de arte, que você precisa ir lá olhar, não ter um sentido a priori, nem um julgamento, e nem uma consequência, você precisa ir olhar, e você tem ainda a sorte de ter o autor da obra ali à sua disposição (risos) para maiores arguições sobre a obra. (...)Nessas situações de abuso, de muita violência, tem a ver com não conseguir se falar das coisas, então nesse sentido o abrigo é quase que uma possibilidade de se romper fisicamente essa convivência e se falar sobre tudo isso, inclusive sobre a família, porque a criança está falando do que ela viveu.”

Considerando a especificidade da população atendida e as questões emergentes no decorrer do encontro com esta população, a possibilidade de elaboração do traumático é abarcada nas reflexões da psicanalista entrevistada de diversas formas, em que se destaca a sensibilização dos educadores para o singular de cada história de vida. Podemos articular também as reflexões da psicanalista entrevistada com o que denominou-se de “provisão de ambiente suficientemente bom”, em que o acolhimento das expressões da criança e adolescente foi reiteradamente explicitado como estruturante e veículo de rompimento com o ciclo da violência característica de muitas das crianças e adolescentes abrigados. A palavra verdadeira também foi enfatizada e merece destaque, principalmente na responsabilização do abrigo por propiciar que se fale de todo universo relacional da criança, incluindo família, escola, outras crianças e a própria equipe de cuidadores e coordenadores das instituições de acolhida.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo investigar a viabilidade da teoria psicanalítica no encontro com uma população específica: crianças e adolescentes em situação de abrigo por diversos motivos em que seus pais ou responsáveis encontram-se impossibilitados de cumprir a função de cuidado e proteção. A origem de tal questionamento se deu principalmente a partir de minhas primeiras experiências de trabalho. Primeiramente, em experiência de psicodiagnóstico, em que atendi na clínica da PUC-SP um adolescente em contexto de violência, momento em que a supervisão precisa da psicanalista supervisora do caso direcionou meus interesses de estudo para a psicanálise e seus desdobramentos com crianças e adolescentes. Num segundo momento, em trabalho realizado em um CRECA (Centro de Referência da Criança e do Adolescente), onde tive contato com crianças e adolescentes através do “Projeto Fazendo Minha História”, supervisionado por outra psicanalista da PUC-SP que pela clareza de sua postura auxiliou no direcionamento de meu interesse para o contexto específico dos abrigos. Após pesquisar literatura que versasse sobre a psicanálise no encontro com crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade psicossocial, constatei que alguns pontos poderiam ser aprofundados, no sentido de se afirmar a possibilidade do trabalho psicanalítico neste contexto. Neste momento, as reflexões da orientadora deste trabalho foram fundamentais para que o problema de pesquisa e o caminho que se intuía percorrer se esclarecessem.

Constatou-se que, em se tratando de psicanálise, há distintas posições sobre a viabilidade de um trabalho clínico-institucional que difere do *setting* tradicional. Para tanto utilizei bibliografia específica que versasse sobre as peculiaridades de tal população e a legislação atual de cuidado e proteção a crianças e adolescentes. Procurei desde o início esclarecer o problema que pretendia abordar: destacar alguns dispositivos contemporâneos de intervenção clínico-institucionais de orientação psicanalítica no encontro com crianças e adolescentes em situação de abrigo. Assim, utilizei também uma bibliografia que procurou destacar dispositivos psicanalíticos contemporâneos que abarcassem as demandas específicas de tal população. Encontrei no decorrer desta etapa alguns autores que foram fundamentais na elaboração de premissas psicanalíticas de trabalho convergentes com as demandas explicitadas. Temas como a *clínica do traumático*, a *elaboração coletiva do trauma*, a *provisão de ambiente*

*suficientemente bom*, a importância da *fala verdadeira*, a potência transformadora do brincar e a necessidade da criação de linguagens que aproximem os cuidadores das expressões das crianças e adolescentes, foram fundamentais para que se constituísse uma base psicanalítica de trabalho passível de interlocução com a prática do Instituto Fazendo História e com as reflexões da psicanalista entrevistada.

Assim, a fim de aproximar teoria e prática contemporâneas, analisei os programas de trabalho de uma instituição que trabalha especificamente com crianças e adolescentes nestas situações, o Instituto Fazendo História, que inclui em seu trabalho a rede de cuidadores/educadores. Tinha como objetivo possibilitar o diálogo entre os dispositivos estudados e os projetos interventivos do Instituto Fazendo História, partindo do pressuposto de que o Instituto considerava em sua prática as reflexões aqui trabalhadas. Para tanto, foi fundamental o auxílio do material disponibilizado pelo Instituto, inclusive o site da instituição, que possibilitou um efetivo esclarecimento dos programas de trabalho que realiza. Verificou-se que os programas interventivos do Instituto abarcam as premissas psicanalíticas elencadas acima, numa gama de intervenções que dizem respeito a um trabalho direto com as crianças e adolescentes, principalmente através dos projetos “Fazendo Minha História” e “Com Tato”, passíveis de rica interlocução com a necessidade da criação de diferentes linguagens que aproximem as crianças dos cuidadores. O “Fazendo Minha História” através do recurso da literatura pelo método da mediação de leitura é, a meu ver, um dispositivo que merece destaque como meio de facilitar a expressão da população em questão neste trabalho. Além do trabalho direto com as crianças e adolescentes, a capacitação dos educadores/cuidadores através dos projetos “Perspectivas”, “Palavra de Bebê”, “Oficinas” e “Arte e Expressão” destacam-se como diferentes intervenções que possibilitam a aproximação entre cuidadores e crianças, através de uma escuta específica aos próprios cuidadores (no caso do “Perspectivas”), passando pela ampliação cultural que pressupõe a arte como meio transformador em que diferentes linguagens podem ser criadas (“Arte e Expressão”), e pela conscientização da importância do vínculo entre cuidadores e bebês abrigados, em que linguagens que aproximam as partes envolvidas também são exploradas (“Palavra de Bebê”). As oficinas (“Projeto Oficinas”) realizadas com profissionais de diferentes áreas pautadas nas demandas detectadas pelo programa “Perspectivas” destacam-se como mais um

dispositivo de trabalho do Instituto que envolve a capacitação dos educadores, tendo como objetivo final a melhoria no atendimento da população abrigada.

Finalmente, elaborei um roteiro de entrevista que abarcasse os assuntos estudados e entrevistei uma das psicanalistas idealizadoras de projetos no Instituto, especializada na aproximação entre psicanálise e instituição, no caso instituições de acolhida. A contribuição da entrevistada foi fundamental na fidedignidade desta pesquisa ao esclarecer e enriquecer este trabalho, refletindo sobre as contribuições psicanalíticas frente à demanda de crianças e adolescentes em situação de abrigo. Ficou clara a sintonia entre o pensamento psicanalítico contemporâneo e a posição da entrevistada, refletida nas práticas do Instituto Fazendo História. Tal sintonia evidenciou-se ao possibilitar a articulação entre as temáticas abordadas na teoria e as posições defendidas pela psicanalista, articulação que se fez presente também na construção de interlocuções com os projetos interventivos do Instituto. Destacou-se em tal articulação a importância de um trabalho personalizado com as crianças, que legitima a posição de sujeitos singulares defendida pela psicanálise. Neste trabalho merece ênfase a necessidade de circulação da palavra verdadeira proporcionando um ambiente acolhedor em que temáticas difíceis que evidenciam a violência tenham possibilidade de serem elaboradas, ora coletivamente entre as crianças e adolescentes, ora em um diálogo entre educador e criança. Neste sentido enfatizou-se também a importância de um espaço de escuta para os educadores/cuidadores, a fim de que estes reflitam sobre suas práticas e descolem-se do cotidiano, proporcionando um olhar diferenciado para cada criança.

Considero que o caminho escolhido neste trabalho possibilitou que uma articulação possível entre teoria e prática se viabilizasse, além de confirmar o pressuposto de que a psicanálise para além do consultório tradicional traz contribuições importantes para a prática contemporânea. Constatou-se que os projetos do Instituto abarcam a concepção psicanalítica de sujeitos, o que se legitimou também na entrevista com a psicanalista.

A contribuição deste estudo deveu-se, a meu ver, na sistematização de alguns dispositivos elencados convergentes com as demandas específicas de crianças e adolescentes abrigados. Com isso, há a possibilidade de que auxilie na prática

profissional de quem se insere em contextos similares em que a psicanálise pode contribuir. Permite, assim, que outras reflexões sejam elaboradas, num contínuo processo de reflexão teórico-prática que se faz necessário ao nos disponibilizarmos a trabalhar com a população em questão. As análises dos dispositivos do Instituto e das reflexões da entrevistada enriquecem a teoria aqui trabalhada, principalmente ao constatar a viabilidade de contribuições no contexto psicossocial em que se insere tal trabalho.

A fim de extrair novas perspectivas a respeito de possíveis estudos e continuidade de trabalhos, constato que apesar de abarcarmos a importância de criação de linguagens capazes de aproximar adulto e criança, permitindo a compreensão da expressão das crianças e adolescentes, um aprofundamento de tais linguagens se faz fundamental para que estas expressões sejam realmente escutadas. Estudos sobre o brincar certamente enriqueceriam os objetivos do trabalho aqui em questão. O dispositivo da mediação de leitura destacado na prática do Instituto também é merecedor de mais estudos, justamente por permitir que difíceis conteúdos sejam elaborados pelas crianças.

Penso que a elaboração psicanalítica a respeito do tema da infância e adolescência, assim como de meios interventivos em instituições de acolhida, é ampla. O tema é instigante e repleto de nuances. Este trabalho não pretendeu de maneira alguma esgotá-lo, mas sim destacar como é viável uma concretização pontual do que a teoria explicita. Sendo assim, o campo é fértil para que outras contribuições continuem atualizando a prática de psicólogos e psicanalistas, além de suas relações com outros campos do saber, constituintes do que aqui denominamos de rede de cuidadores das crianças e adolescentes em situação de acolhida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Sandra Luzia de Souza; BERTA, Sandra Letícia; CARIGNATO, Taeco Toma; ROSA, Miriam Debieux. A elaboração coletiva do trauma: a clínica do traumático. *Escrita e Psicanálise*. São Paulo. p. 1-11, 2009.

ALMEIDA, Sandra Francesca Conte. O papel da escola na educação e prevenção em saúde mental. [Texto reelaborado a partir de uma palestra proferida na Universidade Católica de Brasília na II Semana de saúde mental, Brasília, 1995].

BAINES, Fernanda. A palavra verdadeira. In: MLMAN, Lulli; BEZERRA JR., Benilton. (orgs.) *A casa da árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond Ltda., 2008, p.145-165.

BARROS, Paula Cristina Monteiro. “Tá imbaçado”: uma demanda de reconhecimento e pela violência de crianças e adolescentes em situação de rua. *Revista Pulsional de Psicanálise*, nº 195. São Paulo, v. 21, n.3, p. 9-18, set. 2008.

BEZERRA JR., Benilton. Os desafios de um experimento. In: MLMAN, Lulli; BEZERRA JR., Benilton. (orgs.) *A casa da árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond Ltda., 2008, p.15-29.

DOLTO, Françoise. Prefácio. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. (Coord) *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus Ltda., 1981, p. 9-30.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal 8.069, 1990. São Paulo, 2009.

FARIAS, Kátia Heloiza; PINTO, Claudia Prado A. A idéia de prevenção na Casa da Árvore. In: MLMAN, Lulli; BEZERRA JR., Benilton. (orgs.) *A casa da árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond Ltda., 2008, p.167-189.

FAZENDO MINHA HISTÓRIA: GUIA DE AÇÃO PARA ABRIGOS E COLABORADORES. LOPEZ, Imaculada (org.) São Paulo: Associação Fazendo História, 2008.

FUKS, Lúcia Barbero. A insistência do traumático. In: FUKS, Lúcia Barbero; FERRAZ, Flávio Carvalho (orgs.) *A clínica conta histórias*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 121-133.

MARMELSZTEJN, Renata. *Psicoterapia para crianças e adolescentes abrigados: construindo uma forma de atuação*. São Paulo, 2006. 234 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MEZAN, Renato. Que significa “pesquisa” em psicanálise?. In: SILVA, Maria Emília Lino. (Coord.) *Investigação e Psicanálise*. Campinas: Papirus, 1993, p.49-89.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Brasília, fev. 2008.

ROSA, Miriam Debieux. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura- Revista de psicanálise*. São Paulo. v. 2, n.2, p. 42-47, 2002.

ROSA, Miriam Debieux. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e subjetividade*. Fortaleza, v.IV, n. 2, p. 329-348, set.2004.

ROSA, Miriam Debieux. Prefácio. In: MLMAN, Lulli; BEZERRA JR., Benilton. (orgs.) *A casa da árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond Ltda., 2008, p.9-13.

[www.fazendohistoria.org.br](http://www.fazendohistoria.org.br). Acesso em: 1 maio 2010.

## **ANEXOS**

### **1)Roteiro da entrevista**

- 1.Apresentação e relação pessoal com a psicanálise
- 2.Colaboração da psicanálise na elaboração dos projetos do Instituto e em intervenções clínico-institucionais de modo geral
- 3.Especificidades de crianças e adolescentes abrigados
- 4.Como tais práticas colaboram para a criação de dispositivos de escuta e atuação compatíveis com a teoria psicanalítica e sua ética

### **2)Transcrição da entrevista**

J=entrevistador

L=entrevistada

J: Queria agradecer a sua participação, L., e queria começar pedindo uma apresentação sua, da sua relação com a psicanálise, sua história profissional no sentido dessa psicanálise e instituição

L: Bom, meu nome é L., eu sou psicóloga, sou psicanalista. Minha relação com a psicanálise...eu iniciei minha relação com a psicanálise ainda na universidade, a princípio foi uma relação muito teórica que para mim não fazia muito sentido...e ela foi tomando sentido quando justamente eu pude mais do que entender os conceitos da psicanálise, o construto teórico dela, mas quando eu fui me aproximando de uma forma de olhar que a psicanálise te permite...para as crianças, para os adolescentes, no meu caso a minha experiência em abrigos. Minha experiência inicial foi em um abrigo chamado Lar(?) e depois, ainda no quinto ano da faculdade tive a experiência no berçário, na recepção ao berçário da Sampaio Viana, no ultimo ano de funcionamento da FEBEM, quando ela estava sendo desativada

J: Com os bebezinhos

L: Com os bebês, na recepção de bebês...então era uma experiência em que as educadoras não sabiam para onde iam, totalmente desmobilizadas e desconcentradas do trabalho, e os bebês chegando, e bebê não dá para você esperar daqui a um mês para saber onde você vai, para ver como é que você fala com eles. Quer dizer, é um trabalho que ali tinha uma urgência e uma necessidade imediata de acolhimento desses bebês

J: Que já estavam desvinculados das mães

L: Já chegavam na Sampaio Viana, a antiga FEBEM ali no Pacaembu, então a idéia era trabalhar com essas mulheres (educadoras) no sentido de elas poderem, apesar de todo este contexto, poderem ter algum espaço psíquico para receber estes bebês, entenderem quem eles eram, e começar isso que vai acontecendo na relação entre um adulto e um bebê, um adulto que cuida dos bebês, esse começo dessa tradução um pouco, como é este bebê, o que ele come, a que horas ele dorme, como ele se sente, esse choro é do que, que vai engatando um pouco, vai sendo um pouco o esteio para a constituição subjetiva deste bebê. Então nesta época acho que houve uma aproximação de fato com a psicanálise sabe, enquanto ela estava restrita ao campo teórico, leituras de Freud, Melanie Klein, Lacan, para mim eu não conseguia amarrar aquilo. E a hora que eu fui vendo justamente como este olhar da psicanálise que inclui o outro na constituição de um sujeito, quer dizer, não existe o sujeito humano...a pulsão, o desejo se direciona a uma pessoa. Se você fosse falar em relação a instinto ele se direciona a um objeto, então neste sentido quando você fala de pulsão você entra no campo da psicanálise. Acho que uma referência teórica que foi fundamental para minha aproximação com a psicanálise foi o livro da Caroline Eliacheff que chama “Corpos que gritam”, eu acho que ali eu decidi que ia estudar mais psicanálise, ser psicanalista, enfim. Então a minha aproximação com a psicanálise foi esta, foi pela instituição e aí depois disso, enfim, vários caminhos, tanto da prática quanto do estudo teórico, fiz um curso de especialização também depois, na PUC ainda, no Cogea, e depois fiz um grupo de estudos de Freud e de Lacan, supervisão, e venho fazendo análise já há alguns anos. Então o que eu penso é que minha experiência com a psicanálise foi sempre muito marcada pela prática e pela teoria, sempre uma conversa muito dinâmica e muito, que pulsa.

J: Tem a ver com esse caminho que eu tomei um pouco no tcc, de não ficar só na teoria mas...justamente essa entrevista tem o sentido de ver realmente essa aproximação com a prática, tentar fazer essa ligação. E no sentido do trabalho com crianças e adolescentes em abrigos, queria saber um pouco como pensar projetos para estas crianças, para estes adolescentes a partir da psicanálise, entendeu, aonde a psicanálise entra nesta reflexão sobre os projetos que você já pensou, queria que você falasse um pouco desses projetos que você criou

L: Bom, meu entendimento é que a psicanálise entra numa leitura, numa visão de criança e de adolescente que implica estar ali um sujeito

J: Desde bebê

L: Desde bebê, desde bebê no sentido não que ele já está constituído, ele está em constituição, mas que o educador precisa supor ali, precisa sustentar essa relação para que o bebê possa ir se apoiando nela e se constituir. Então acho que o que a psicanálise de fato contribui, do meu ponto de vista, é no olhar que se tem para estas crianças. Crianças e adolescentes que estão em abrigos necessariamente passaram por alguma situação de rompimento com o que o Estatuto traz como proteção integral, foi rompido.

Em algum momento, a família, ou a rede, ou a rede extensa, não conseguiram efetivar essa proteção. Portanto, ninguém chega ao abrigo numa situação tranqüila, estável. Sempre numa situação complexa, do ponto de vista social e familiar, sempre. Então, o que a psicanálise justamente faz é olhar para estes meninos de um jeito que integre a história, eu acho que isso, se a gente for pensar um pouco nas práticas mais assistencialistas, ao longo do século XX principalmente, antes do Estatuto, elas excluía de fato a história, qualquer elaboração da criança que revivesse ou relembresse a história pré-abrigamento. Então acho que a psicanálise por um lado trás isso, quer dizer, não dá para entender quem é esta pessoa se você não puder contextualizar e remeter, tanto do ponto de vista informativo, quanto de um ponto de vista de que pela história está marcado um sujeito singular, a história que ele viveu e mais o jeito que ele pôde compreender e viver esta história. Então acho que a psicanálise traz isso, essa marca do singular, do único, de que um sujeito é e faz e se constitui a partir dessa história. Uma coisa que eu acho bem importante, João, é que não tem a ver com uma investigação informativa, tem a ver com uma compreensão mais complexa desse menino que chega, e que não chega com uma mala vazia, ele chega com uma série de marcas e traços, se a gente for pegar no Freud, traços mnêmicos, isso a gente vê vivo em comportamentos que são disruptivos, que são incompreensíveis, que a partir do momento em que você não se remete à história você não consegue compreender. Então você dá uma resposta para o menino que não é o que ele está perguntando, então você o encarcera no seu julgamento. Então a hora que você trabalha a partir da história, construindo e discutindo casos, fazendo PPA, você consegue não só se ver enquanto instituição tendo uma resposta reativa, mas de fato você se propõe a conhecer este outro que está chegando e que com certeza tem uma história, nem que for um bebê de dois dias, que foi encontrado dentro do terreno, esta é a história, e a partir desta história, desta origem, que este bebê vai ter que viver, e não é só no tempo do bebê, é para o resto da vida, é esta a história, isso é inalienável, é neste sentido

J: PPA é?

L: Plano Personalizado de Atendimento. Isso eu tinha falado dentro da primeira coisa, de ver o sujeito dentro da sua história, a partir da sua história, entendendo a história como dinâmica, aquilo que vai se construindo. E num segundo ponto que eu acho bem importante, que esta é a contribuição da psicanálise do meu ponto de vista, é de olhando esse sujeito dentro de um contexto não colocá-lo, não posicioná-lo como vítima de uma história triste. Na psicanálise, do meu entender, acho que tem uma concepção muito clara de que o sujeito não está encarcerado ao que ele viveu factualmente, mas que todo o sentido, toda a elaboração, é posterior, portanto, esse sujeito pode voltar à cena, entre aspas, mais disruptiva, e pode não se entender como passivo dentro daquela cena, mas como alguém que pode de fato ressignificar, reposicionar, e transformar essa posição de passiva para um ser aí autônomo que vai fazer alguma coisa a partir dessa história. Aí tem um monte de autores interessantes que falam sobre isso, e acho que um dos atuais que eu mais realmente recorro e gosto é o Cyrulnik, em um livro chamado “Os patinhos

feios”, que é fantástico, bem interessante, Boris Cyrulnik, depois eu te mostro. Então acho que a psicanálise traz isso, dei uma volta grande, mas acho que traz essa visão de não encarceramento do sujeito numa situação de vítima de um trauma, qualquer coisa assim, sabe, de uma trombada na vida, por maior que for a trombada dá, não tem beco sem saída

J: Quando você fala em cena mais disruptiva

L: Aí são as histórias, o que traz crianças pro abrigo: abusos, maus tratos, violência, negligência, desamparo, então esse tipo de cena que estou chamando de disruptiva, cenas fortes e complexas, sempre

J: Disruptiva no sentido de

L: Violenta, aquela que rompe, essa é que rompe com a proteção

J: E como fazer isso na prática? Assim, como proporcionar meios de dar esse acolhimento, ou de que se encare a criança ou o adolescente com sujeitos? Quais são os focos, aonde atuar aí? Queria que você falasse um pouco da sua experiência

L: Na minha experiência de trabalho, acho que principalmente com o trabalho de formação de educadores, é instaurar na instituição um espaço de reflexão, e aí a gente pensa na supervisão, na formação dos educadores, que seja um espaço em que eles possam falar do que se vive com essas crianças, que eles possam perguntar e ter acesso aos dados da história, e ir fazendo o trabalho de uma forma não reativa. Acho que o abrigo é uma instituição que tem muita demanda de tarefas, tem que levar no médico, tem que levar no dentista, tem que levar...e são vinte. É muita coisa mesmo para fazer, então a possibilidade de você entrar numa rotina totalmente de “fazeção”, mecânica, é muito grande. Então na verdade a experiência que eu tenho, em qualquer um dos programas de intervenção, eu penso mais no “Perspectivas” quando eu estou falando isso, mas acho que com qualquer outro, é promover esses espaços coletivos de reflexão para que o dia a dia do abrigo não seja reativo, com respostas personalizadas dos educadores, mas que tenham um projeto institucional que ampare esse educador. E que nas discussões de caso você consegue trazer o conflito que é vivido ali na relação com as crianças para um ambiente recolhido entre os profissionais, no sentido de dar sentido aos comportamentos mais difíceis, construir um pouco isso que a gente chama de PPA, a hora que você tem uma diretriz, que você dá um sentido para o que aquele menino...eu lembro um caso bem claro disso assim. Um menino que fazia cocô e espalhava pelo abrigo inteiro o cocô dele, e é uma situação muito desagradável para quem está trabalhando, e a hora que começou a sentar o educador e começou a pensar que esse cocô vinha depois de uma hora sempre no começo da semana, depois da visita, e como você vai recolocando um pouco os comportamentos imediatos dentro de uma cadeia, e aí você consegue dar significado. A hora que você faz isso você não simplesmente pega o menino e fica com raiva, o que é totalmente compreensível, porque educador também...é isso, quem agüenta com cheiro de cocô sendo que você tem vinte crianças

gritando no seu ouvido e de repente você tem uma parede inteira para limpar, não é uma coisa fácil. Mas claro que você vai construindo diretrizes, então esse menino precisa conversar sempre depois da visita, e tem que ter um educador que vá junto com ele limpar a parede e ir conversando, oferecer uma possibilidade de reparação para o que esse menino faz, e ao mesmo tempo oferecer palavra, oferecer a chance de ele movimentar essa história para não precisar atuar desse jeito. Isso tudo, no momento em que é construído coletivamente, nenhum educador vai chegar solando no menino, por mais que ele esteja já cansado, porque aquilo não é um ataque ao educador, aquilo tem a ver com uma expressão de angústia pura, a hora que você pega o seu próprio cocô, enfia a mão, É quase transformar o que é um cocô na parede em quase que um painel de expressão, é poder significar, e aí você legitima o que o educador está fazendo lá, que é um ato educativo, não é um ato de contenção, não é um ato de julgamento, não é um ato de alimentar e...não é um ambiente higienista nesse sentido, não é só limpar e dar comida. O educador conseguindo, tendo disponibilidade objetiva e subjetiva de ouvir, as crianças estão falando, elas falam falando, elas falam espalhando cocô, elas falam desenhando, elas falam mordendo, elas falam não dormindo, elas falam tendo alergia, então a questão é justamente poder estabelecer tempos de formação dentro do abrigo para que o educador possa se posicionar como educador, e não como ali alguém contendo, que vai só executando mecanicamente uma rotina. Então nisso também acho que a psicanálise tem uma contribuição porque ela de fato traz para o campo singular todas as expressões. Cocô na parede não tem um significado único, que todos os cocôs na parede querem dizer a mesma coisa na mesma hora, ela singulariza

J: Sai do campo moral

L: Do campo moral e do campo massa, sabe, interpretações já dadas. É sempre um sentido que precisa ir sendo construído e sendo devolvido para a criança, e vendo o impacto disso na criança, para que ela possa se movimentar daquilo. Sempre falo isso, é oferecer palavra aonde você tem ato, e aí muito importante que é desfazer o ciclo da violência. Nessas situações de abuso, de muita violência, tem a ver com não conseguir se falar das coisas, então nesse sentido o abrigo é quase que uma possibilidade de se romper fisicamente essa convivência e se falar sobre tudo isso, inclusive sobre a família, porque a criança está falando do que ela viveu. Então, acho que a psicanálise traz isso, é um convite à palavra. Da minha prática acho que é isso, instaurar na instituição espaços de reflexão, e não esse repetir mecânico que é em um minuto que a gente entra nisso, dentro do abrigo enquanto educador, como cidadão em São Paulo, no trânsito. Acho que a gente está em um mundo que nos convida a fazer dez trilhões de coisas no mesmo dia e não dar sentido para nada. Agora, a hora que você se coloca em um trabalho para educar crianças aí é eticamente necessário pensar, assim como a posição do analista, outra coisa que também demanda supervisão.

J: Quanta coisa né L.. E pensando agora um pouco na outra via, como este trabalho institucional de dar sentido, como esse contato com essas crianças e com esses adolescentes enriquece a própria psicanálise, entendeu, acrescenta na prática até mesmo

do consultório, na sua experiência de consultório, como essas outras experiências influenciaram ou não na sua escuta?

L: Então, eu acho que essa experiência profissional institucional, eu acho que ela agrega à psicanálise como um todo porque ela mais ainda valida isso de que o ser humano não é vítima da sua história. Eu acho que são situações de crianças que se a gente for analisar, tanto em relação infelizmente a repetições, ao não conseguir, mas também em relação ao conseguir, ao conseguir sair do abrigo, enfim, entender tudo o que passou e construir uma vida, poder sonhar de novo. Então eu acho que esse trabalho institucional traz histórias de vida de pessoas muito intensas, muito complexas, então acho que esse trabalho pode justamente trazer muito conteúdo para a psicanálise pensar, isso a psicanálise como um todo. Em relação à prática clínica, a verdade é que eu nunca experimentei a prática clínica sem essa interlocução né, mas o que eu vejo

J: Não teve o antes e o depois

L: Não, foi sempre tudo muito junto, mas eu acho que é muito importante para a clínica essa experiência, porque ela faz com que você não ache que existe um só jeito de resolver problemas, ela abre, ela desafia, ela é uma prática que tem horas que você fala “e agora?”. Tava até supervisionando um caso desses esta semana, uma menina de 16 anos que durante dois anos o abrigo desabrigou, alugou uma casa, ela estava cuidando da filha, tava trabalhando, tudo. Em um mês ela conheceu uma pessoa, começou a voltar a usar drogas e tudo...então acho que são situações muito complexas, que acho que desafiam, que você fica pensando mesmo nessa coisa da repetição, e ao mesmo tempo é uma menina que durante dois anos viveu isso, então não dá para falar que ela não sabe o que é pulsão de vida né, ela teve a filha, cuidou da filha. Então é isso, acho que vai dando muito essa noção que não existe o bem, o mal, o certo, o errado, sabe, existem vidas humanas que são complexas e conflituosas e que são às vezes não logicamente compreensíveis. Então, na hora que você escuta na clínica, você tem muita abertura de não pensar que as situações...que muitas vezes quando o paciente chega na clínica ele chega porque não está encontrando uma abertura, não está encontrando um jeito de escapar do mal-estar e achar um outro lugar de maior conforto psíquico. Então parece que esse trabalho institucional te traz uma certa fé, não no sentido religioso, mas no sentido de fé no humano, nas possibilidades dele de se desenrolar de situações difíceis. Eu acho que principalmente na clínica com crianças, eu acho que é muito interessante, eu acho que a clínica com crianças hoje traz situações muito...de uma mistura grande entre as questões dos objetos que se interpõem entre as pessoas, do consumo mesmo. Tudo isso você vai tirando da frente essas questões financeiras, econômicas, e vai vendo que não é nada daquilo. É uma criança, na clínica, tentando se expressar do mesmo jeito que o menino que passou cocô, do mesmo! Pode mudar o cenário e o objeto, mas é do mesmo, uma criança querendo ali mandar uma mensagem ainda que cifrada para alguém. A questão é se vai ter alguém para ouvir. Então não me parece, quando a gente estava falando daquela história das práticas sociais, é social aqui e ali, porque no meu

entendimento o que a psicanálise traz é que não existe fala que não esteja remetida ali, que passe sem que esteja direcionada para o outro

J: Independente da classe econômica

L: É né, e acho que precisa isso ficar muito claro, João, porque o sofrimento humano não tem rico, pobre, médio, e acho que este é um pensamento muito importante, muito importante mesmo, porque às vezes existe uma ilusão, tanto no abrigo quanto na clínica, de que se a criança estiver ali satisfeita em relação às suas necessidades, objetos, quantidade de brinquedos, e aquela coisa excessiva, aquilo vai mais ou menos se resolver. É uma ilusão.

J: O buraco é mais embaixo

L: O buraco é mais embaixo, o ser humano é mais complexo do que comprar coisas, é quase que um se entreter sabe, com coisas que não...não é isso. Acho que tanto na clínica quanto no abrigo são crianças, são adolescentes que de algum jeito tem algum mal estar ali se passando, ali dentro e que elas precisam encontrar um interlocutor para ajudar nessa tradução, então é criança, independente de onde ela esteja, do que ela veste, do que ela come, e acho que a análise também ajuda muito, porque ela tende a se equivocar menos entre objetos e sujeitos

J: Só mais uma coisa, sobre essa interlocução mesmo, que você falou que a criança vai em busca de um interlocutor para se expressar. Na sua experiência...porque às vezes a linguagem verbal dela não permite essa interlocução do jeito que ela gostaria, ou de um jeito necessário para que esta expressão emergisse. Então gostaria de saber de experiências de como proporcionar esta interlocução, entendeu

L: Vou te contar uma história que essa eu acho bem emblemática, de um menininho num abrigo, de fato foi aprontando e foi aprontando ali no grupo e aí ele ia pedindo, entrava na sala da coordenadora, entrava na sala do educador, “quero falar com você, quero falar com você”, e eles “agora não dá, agora não dá”. E o que acontece, nesse agora não dá, ele sonha que ele está construindo em cima da laje do abrigo um segundo andar para que a família dele possa vir morar ali no abrigo. E depois que também não houve espaço para isso, ele surta. Então, fico pensando né João, que assim, as crianças e os adolescentes estão falando, e a questão é o adulto poder ouvir ou não. Não é uma escolha o ser humano falar, ele fala, ele pode não falar verbalmente, ele pode falar colocando um monte de cocô na parede, ele pode falar usando drogas, ele pode falar roubando, ele pode falar dormindo o dia todo, ficando deprimido, ele pode falar comendo muito, ou não comendo, ou adoecendo, ou brigando, então acho que tem muito isso, a questão é a gente abrir os poros para escutar. Eles estão ali falando, alguns de uma forma mais clara outros de uma forma mais...como uma obra de arte né, eu vejo um pouco essa história do cocô como uma obra de arte, que você precisa ir lá olhar, não ter um sentido a priori, nem um julgamento, e nem uma consequência, você precisa ir

olhar, e você tem ainda a sorte de ter o autor da obra ali à sua disposição (risos) para maiores argüições sobre a obra

J: Tem um professor que eu tive umas aulas na filosofia, que ele falava um pouco do...Miró, que o Miró falava que para pintar um quadro não é que ele via a folha em branco né, mas que ele tinha que perfurar toda a história da arte para conseguir achar a folha em branco, que tem um pouco a ver com esse olhar para esse cocô aí né

L: Você sabe que meu filho quando tinha uns 3 anos, eu o levei numa exposição que teve aqui no Tomie Ohtake, do Miró, e aí tinha um quadro dele com esses asteriscos aqui que são as estrelas do Miró, e aí era um quadro que tinham duas como cobras assim, e duas estrelas em cima, e tinha aqui uma figura, e aí eu perguntei o que ele estava vendo, e ele falou “a cobra que ta comendo a estrela, mamãe”. E eu falei, “mas como é que a cobra que está lá no chão vai comer a estrela que está lá no céu?” e ele falou, “mamãe, é estrela do mar”. E acho que tem uma coisa que está ali, que é da criança, independente de onde esteja, acho que a criança está muito aberta, a criança é muito plástica. Então é muito interessante a gente explorar, e oferecer bons objetos culturais, que os educadores tenham uma boa formação cultural, porque isso tudo quando você vai vivendo, na hora que você vai para o bate bola com a criança você tem mais repertório sabe, para sair de situações que aparentemente não tem soluções, mas tem, tem uma solução que não está na primeira página, ela acha uma coisa que não é alguém que ensinou para ela, aquela coisa escolar, no pior sentido da palavra, no sentido só da transmissão do que já é dado, não que a escola seja isso, mas não no sentido da repetição. E tem uma coisa que criança, quando você conversa com ela, ela vai criar e aquilo não está dado, e o elemento está ali, o quadro do Miró está ali. Então, a cena está ali, o abrigo está ali, as brincadeiras estão ali, a questão é que, se ninguém perguntar o que ele achou, quem é você sujeito, o que você tem a me dizer sobre isso, perderíamos a chance de lembrar dessa história que, por exemplo, para mim como mãe para o resto da vida, no sentido de poder enxergar ele na brincadeira, brincando, olhando o mundo. A minha vontade de que ele continuasse crescendo, sendo um menino divertido, esperto, brincalhão e feliz aumentou muito depois dessa cena. Então fico pensando que quando um educador consegue dar sentido para o cocô na parede, poder ouvir a história sem ter pré-conceitos, e poder construir uma intervenção junto com o grupo, e esse menino a hora que ele tem um sentido ele não precisa mais fazer cocô na parede, a hora que ele (educador) consegue isso, a chance de ele querer voltar para o abrigo e trabalhar mais e se formar mais e ver sentido naquele trabalho dele é muito maior. Então, a gente também não está formado, acabado, não existe alguém que vai te intitular nisso, a questão é a gente estar aberto a experiências mesmo, encontrar com o outro de fato. Aí depois você discute o caso, pega orientações técnicas, pega o plano nacional, pega tudo que tiver de teórico e legal no sentido jurídico, as leis, todos os instrumentos técnicos na mão, a gente precisa estudar muito. Mas é como você fazer uma comida, a tua matéria prima é o cocô na parede de um menino, que afinal de contas o cocô é dele, é uma produção dele, que tem a ver com as trocas dele com o mundo

J: Acho que foi muito bom, tenho só que agradecer, acho que foi muito rico, vai dar uma outra dimensão para a pesquisa

### **3) Termo de consentimento livre e esclarecido**

Eu, \_\_\_\_\_, R.G.: \_\_\_\_\_, declaro, por meio desse termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao trabalho de conclusão de curso intitulado “A atualização de dispositivos clínico-institucionais no encontro com crianças e adolescentes abrigados: uma visão psicanalítica” desenvolvido na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Profa. PAULA REGINA PERON, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone número 3670.8320 ou e-mail psicopuc@pucsp.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais consiste em INVESTIGAR ATUAIS DISPOSITIVOS CLÍNICO-INSTITUCIONAIS QUE VEM SENDO PENSADOS POR PSICANALISTAS CONTEMPORANEOS E SEUS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS NO ENCONTRO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada. A análise dos dados coletados se fará apenas pela pesquisadora e/ou sua orientadora.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar a pesquisadora responsável ou seu orientador, ou ainda o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEP – PUC-SP), situado na Rua Ministro de Godoy, 969 – Térreo, Perdizes, São Paulo (SP), CEP: 05015-000, Telefone: 3670.8466.

A pesquisadora principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do participante:

Assinatura da pesquisadora:

Assinatura do orientador: